

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Volatilidade Eleitoral nos 28 Estados-membros da União
Europeia desde 1945 a 2012**

Sofia Raquel Serra da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Ciência Política

Orientador:

Doutor André Freire, Professor Auxiliar com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientadora:

Doutora Ana Espírito-Santo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

[Setembro, 2014]

Agradecimentos

Tal como dizia Morse et al., (2002:2) sem rigor a investigação “*não tem valor, torna-se ficção e perde a sua utilidade*” Este foi um dos lemas constantes neste momento de superação que é a dissertação de mestrado: tentar sempre fazer mais e melhor.

Nesta luta constante foram muitos aqueles que me deram apoio e a quem quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Sem dúvida, que os meus orientadores foram essenciais para superar este processo com sucesso. O professor André Freire pelo apoio, disponibilidade, companheirismo e pelos comentários rigorosos e certos que melhoraram em muito a qualidade desta dissertação. A professora Ana Espírito-Santo pelo acompanhamento próximo ao meu trabalho, pela disponibilidade gigantesca demonstrada e por ter acreditado no meu trabalho e nas minhas capacidades (às vezes até mais que eu própria). Os dois formaram uma dupla que enriqueceu, sem margem para dúvidas, bastante o meu trabalho.

Quero agradecer à minha família e desculpar-me pelas ausências que a dissertação me obrigou. À minha mãe, o meu pilar e porto seguro. A determinação que nos está nos genes muito me ajudou. Ao meu avô, a pessoa que desde criança me estimulou o desejo de estudar na universidade. A minha querida e sempre presente avó, aos meus tios, primos e irmão que estiveram sempre por perto.

Tenho que agradecer profundamente ao Bruno, uma pessoa especial que acompanhou este processo quase em tempo real, segundo a segundo, que ouviu as dúvidas, as angústias, as incertezas. Um pilar e uma fonte de serenidade!

Aos amigos, Cláudio, Filipe e Bárbara pelo interesse demonstrado, por me ouvirem, pela força e pelo incentivo! À minha colega Daniela do CIES, que prontamente me ajudou a criar os mapas com o software ArcGis e ao investigador sueco Svante Ersson pela disponibilização dos dados referentes à volatilidade eleitoral.

E a todos com quem pude trabalhar e que, directa ou indirectamente, contribuíram para a profissional que sou hoje, que por sua vez se reflecte nesta dissertação. Um especial obrigado ao “Mestre”, o Professor Doutor José Leite Viegas e à Professora Doutora Marina Costa Lobo. Obrigada por terem acreditado no meu trabalho enquanto aprendiz a investigadora.

Resumo e Palavras-chave

Esta dissertação centra-se na volatilidade eleitoral nas democracias europeias entre 1945 a 2012. A volatilidade é um fenómeno cada vez mais estudado na Europa e noutras regiões do mundo, dada a sua importância em termos de consequências para os sistemas políticos.

Ambiciona-se saber quais os níveis de volatilidade eleitoral na União Europeia e, do ponto de vista agregado, o que explica a volatilidade eleitoral nas 28 democracias europeias entre 1945 até 2012?

De modo a responder a esta questão de pesquisa analisámos 343 eleições de 28 estados-membros e considerámos a maioria dos preditores apontados na literatura como explicativos para a volatilidade eleitoral: características do sistema partidário, atributos do sistema eleitoral, características do sistema político em geral e indicadores socioeconómicos. Através de análises descritivas bivariadas foi possível determinar que existem diferenças assinaláveis entre as regiões europeias, e que a Europa central e oriental regista os maiores níveis de volatilidade. As análises multivariadas, em particular através de regressões lineares múltiplas, com os erros estandardizados robustos agrupados pelo país, permitiram determinar quais as dimensões que explicam estas diferenças: a dimensão política (longevidade da democracia) e a dimensão socioeconómica (índice de desenvolvimento humano, índice de gini e taxa do crescimento real do PIB).

Palavras-chave: Volatilidade eleitoral; União europeia; Eleições; Voto.

This thesis focuses on electoral volatility in European democracies from 1945 to 2012. Volatility is an increasingly studied phenomenon in Europe and also other world regions, given its importance regarding its consequences for the political systems.

We aim to assess what are the levels of electoral volatility in the European Union and in the aggregate perspective, what explains the electoral volatility in 28 European democracies between 1945 and 2012.

In order to answer to this research question, we examined 343 elections in the 28 member states and considered the majority of predictors identified, in previous literature, as possible explanations for electoral volatility: characteristics of the party system, electoral system attributes, characteristics of the political system in general and socio-economic indicators. Using descriptive bivariate analysis, we determined that there are significant differences between European regions and that Central and Eastern Europe have the highest levels of volatility. Multivariate analysis, in particular, multiple linear regressions with standardized robust errors clustered by country, determined which dimensions explained these differences: the political dimension (longevity of democracy) and the socio-economic dimension (human development index, GINI index and real GDP growth rate).

Key Words: Electoral Volatility, European Union, Elections, Voting.

Índice Geral

Índice de Quadros.....	v
Índice de Gráficos.....	vi
Índice de Figuras	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – TEORIA.....	2
1.1 Problematização: A Volatilidade eleitoral na União Europeia.....	2
1.2 Estado da Arte.....	5
1.3 Objecto e objectivos (modelo de análise)	8
1.4 Conceitos e operacionalização.....	11
1.5 Hipóteses a testar.....	15
CAPÍTULO II - METODOLOGIA.....	19
2.1 Uma abordagem quantitativa e baseada em dados secundários.....	19
2.3 Categorias fundamentais na análise comparativa.....	20
2.3 Plano de Análise e tratamento de dados.....	20
2.4 Casos e Lapso temporal.....	21
CAPÍTULO III - RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO.....	22
3.1 A volatilidade na União Europeia (variação no espaço e no tempo).....	22
3.2 Tipos de Volatilidade e variação no Espaço.....	27
3.3 Tipos de Volatilidade e variação no Tempo.....	28
3.4 Determinantes da volatilidade eleitoral total na União Europeia.....	31
3.5 Determinantes da volatilidade tipo A e tipo B na União Europeia.....	34
NOTAS CONCLUSIVAS.....	36
BIBLIOGRAFIA.....	39
ANEXOS	I
Anexo A - Dados técnicos da operacionalização.....	I
Anexo B. Fontes dos dados secundários.....	V
Anexo C - Conceitos, dimensões e indicadores de análise.....	VII
Anexo D - Casos em análise.....	VIII
Anexo E - Sumário das variáveis.....	XI
Anexo F– Pressupostos das Regressões Lineares Múltiplas.....	XII

Índice de Quadros

CAPÍTULO II

Quadro nº 2.1- Países incluídos na análise, lapso temporal democrático em análise e eleições legislativas incluídas.....	22
--	----

CAPÍTULO III

Quadro nº 3.1 - Média de volatilidade eleitoral líquida nas eleições legislativas por períodos...23	
Quadro nº3.2 – Tipos de volatilidade e as suas variações na Europa (valores médios).....	27
Quadro nº 3.3 – Tipos de volatilidade eleitoral e as suas variações no tempo (valores médios).....	29
Quadro nº 3.4 – Determinantes da volatilidade eleitoral total (Regressão Linear Múltipla com Clusters).....	31
Quadro nº 3.5 - Volatilidade Eleitoral total e IDH.....	34
Quadro nº 3.6- Determinantes da Volatilidade Eleitoral Tipo A e Tipo B. (Regressão Linear Múltipla com Clusters).....	35

ANEXO B

Quadro B.1 – Fontes e tipos de dados secundários utilizados na análise.....	v
---	---

ANEXO C

Quadro C.1 – Conceitos, dimensões e indicadores de análise.....	vii
---	-----

ANEXO D

Quadro D.1 – Casos em análise, país/eleição.....	viii
--	------

ANEXO E

Quadro E.1 – Sumário das variáveis dependentes e independentes.....	xi
---	----

ANEXO F

Quadro F.1 – Independência das variáveis explicativas (inexistência de multicolinearidade)....	xii
Gráfico F.2 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Eleitoral Total).....	xii
Gráfico F.2.1 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Tipo A).....	xiii
Gráfico F.2.2 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Tipo B)	xiii
Quadro F.3 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais.....	xiii
Quadro F.3.1 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais (Volatilidade Tipo A).....	xiv
Quadro F.3.2 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais (Volatilidade Tipo B).....	xv

Índice de Gráficos

ANEXO F

Gráfico F.1- Histograma (Pressuposto da Normalidade).....	xiv
Gráfico F.2 - Histograma (Pressuposto da Normalidade).....	xv
Gráfico F.3 - - Histograma (Pressuposto da Normalidade).....	xvi
Gráfico F.3 – Diagrama de Resíduos (Volatilidade Eleitoral Total).....	xvi
Gráfico F.4 - Diagrama de Resíduos (Volatilidade tipo B).....	xvii
Gráfico F.5 – Diagrama de Resíduos (Volatilidade tipo B).....	xvii

Índice de Figuras

CAPÍTULO I

Figura nº 1.1 – Modelo Analítico	10
---	-----------

CAPÍTULO III

Figura nº 3.1 - Volatilidade Eleitoral total entre 1991 a 2012 (valores médios).....	26
---	-----------

INTRODUÇÃO

Ao analisar o comportamento eleitoral nas democracias ocidentais vários autores evidenciaram uma mudança na tradicional estabilidade dos alinhamentos partidários a partir da década de 70 para uma crescente instabilidade dos eleitorados (Crewe e Denver 1985; Dalton, Flanagan e Bell 198).

A peculiar eleição de 1973 na Dinamarca foi, provavelmente, um impulso para Mogens Pedersen escrever o seu artigo em 1979, no qual descreve e analisa as dinâmicas de volatilidade eleitoral e observa fenómenos visíveis de mudança nos sistemas partidários no Norte da Europa, os quais já não reflectem o sistema de clivagens de Lipset e Rokkan (1967).

Desde então, a década de 70 tem sido vista como um ponto de viragem, o começo de uma nova época caracterizada por maior volatilidade eleitoral, mobilidade eleitoral e independência dos indivíduos, cada vez mais livres dos condicionamentos sociais e culturais.

A Europa tem sido alvo frequente de análises da volatilidade eleitoral ao longo dos anos. Contudo os estudos realizados até ao momento partem do pressuposto que o aumento da volatilidade se estabilizou na Europa desde os anos 1970, o que resulta em estudos sobretudo focalizados no período pós década de 70 (com algumas excepções, como o trabalho de Dassonneville, e Hooghe, 2010) o que por sua vez produz excessivas simplificações no estudo da volatilidade eleitoral, em que as diferenças entre as regiões europeias deixam de ser analisadas. Para além disso, *“analyses of the institucional causes of electoral volatility, that might explain inter-regional [...] differences in volatility, also are somewhat los out of sight* (Dassonneville, e Hooghe, 2010)

Por estas razões é imperativo voltar a analisar comparativamente a Europa. Neste caso propõe-se uma análise comparativa entre os 28 estados-membros da actual União Europeia, durante os seus respectivos períodos democráticos desde 1945 até 2012. O intuito é perceber **quais os níveis de volatilidade eleitoral na União Europeia e, do ponto de vista agregado, o que explica a volatilidade eleitoral nas 28 democracias europeias entre 1945 até 2012?**

De modo a concretizar este objectivo ambicioso, dividiu-se esta dissertação em três partes, o capítulo I – Teoria, que diz respeito à componente teórica substancial (problematização da questão, revisão da literatura do tema, objecto em análise e objectivos a alcançar, conceptualização e operacionalização dos conceitos chaves e hipóteses a testar). O capítulo II – Metodologia, apresenta a abordagem quantitativa, e todos os elementos inerentes, que sustentam a análise. E por fim, no capítulo III- Resultados: Análise e discussão, é apresentado diversas análises descritivas, no espaço e no tempo, e multivariadas, que de forma complementar permitem testar as hipóteses formuladas e responder às questões de partida enunciadas.

CAPÍTULO I – TEORIA

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO:

A VOLATILIDADE ELEITORAL NA UNIÃO EUROPEIA

Quando falamos de volatilidade eleitoral é importante referir que não estamos a falar da indecisão dos eleitores. Stefano Bartolini (1999) distingue a predisposição dos eleitores para mudar as suas opções eleitorais (indecisão) da “volatilidade eleitoral”, na medida em que este fenómeno refere-se aos eleitores “flutuantes”, isto é, aos indivíduos que mudam efectivamente as suas preferências entre duas eleições sucessivas.

Nesta dissertação referimo-nos exclusivamente à volatilidade eleitoral, o movimento de eleitores entre partidos de eleição para eleição. Este tema tem tido uma importância central na Ciência Política e compreendê-lo é de extrema importância. A volatilidade é um elemento essencial em três grandes debates na ciência política:

1. **Estabilidade do sistema partidário** (Dalton e Wattenberg, 2000), uma vez que a volatilidade eleitoral “[...] is the single most important indicator of presence or absence of party system stabilization” (Tóka, 1997: 3).
2. **Institucionalização do sistema partidário**¹ (Mainwaring e Zoco, 2007): um sistema partidário devidamente institucionalizado é um importante, se não essencial, requisito para o funcionamento da democracia. Tem sido sugerido que um sistema partidário devidamente institucionalizado com baixos níveis de volatilidade eleitoral permite aos cidadãos estabelecerem relações longas com os partidos, o que obriga os partidos a prestar contas ao longo de muitos anos e várias eleições (Rose e Mishler, 2010; Mainwaring e Scully, 1995).
3. **Declínio partidário** (Drummond, 2006): tem-se assistido a um declínio da identificação partidária dos cidadãos com as grandes e estáveis forças partidárias de outros tempos na Europa (“old parties”) a acompanhar uma maior volatilidade eleitoral.

Nestes três debates-chave da ciência política há um importante elemento a ter em conta, os partidos políticos, pois são eles que desempenham um papel crucial na agregação dos interesses e paixões individuais dos cidadãos em demandas colectivas, um papel de tal modo importante que uma democracia sem partidos seria inimaginável (Weber), impensável (Schattschneider) e impraticável (Aldrich) (In Hale, 2006).

Para além disso, os partidos e os sistemas partidários ajudam a constituir o panorama político numa democracia (Mainwaring e Scully, 2005), garantem a organização de um executivo e a manutenção da responsabilidade democrática- “*accountability*”- (Bartolini e Mair, 2001).

¹ Entende-se por institucionalização, o processo pelo qual uma instituição se torna institucionalizada, ou seja estável. Uma instituição que está firmemente estável e é improvável que mude de uma forma imprevisível (Huntington, 1968).

A Europa é um laboratório fascinante para analisar as dinâmicas eleitorais e a institucionalização dos sistemas partidários pois reúne diferentes democracias, “jovens” e “velhas”, diferentes sistemas partidários e eleitorais e contextos políticos e económicos bastante dissemelhantes entre si.

É ainda mais pertinente e relevante estudar este tema numa Europa em que partidos e cidadãos estão cada vez mais distantes, o fenómeno da “crise” dos partidos. Factores como o expressivo afastamento dos indivíduos das instituições políticas e do declínio partidário entre os cidadãos, entre outros² sustentam esta ideia de crise dos partidos nas democracias europeias (Curtice, 2002; Mair, 2013). Apesar da incapacidade crescente dos partidos em funcionar como agentes de representação do eleitorado, estes ainda desempenham de facto um papel de importância na gestão da democracia, um papel procedimental (Mair, 2003). Desta forma, o estudo dos partidos e por sua extensão, dos sistemas partidários, é deveras crucial para compreender as democracias.

Neste sentido, o objectivo deste trabalho passa por alinhar diferentes explicações entre si e confrontá-las de modo a responder à questão:

quais os níveis de volatilidade eleitoral na União Europeia e, do ponto de vista agregado, o que explica a volatilidade eleitoral nas 28 democracias europeias entre 1945 até 2012?

De modo a responder a esta questão de pesquisa considerámos a maioria dos preditores apontados na literatura como explicativos para a volatilidade eleitoral: características do sistema partidário, atributos do sistema eleitoral, características do sistema político em geral e indicadores socioeconómicos.

Do ponto de vista descritivo dos dados, podemos ainda indagar qual a dimensão da volatilidade na Europa ao longo de mais de 50 anos? A volatilidade tem aumentado ao longo do tempo? Em que medida a incidência da volatilidade varia entre diferentes países e no tempo? E em que medida, eleições individuais, períodos de tempo ou países podem ser classificados com base nos diferentes níveis e tipos de volatilidade?

Em segundo lugar, numa perspectiva explicativa e exploratória questionamos se todas as dimensões consideradas são significativas na explicação da variância volatilidade eleitoral quer no espaço (nos 28 países) e no tempo (no período de 1945-2012)? Qual delas tem maior impacto na explicação da variância da volatilidade eleitoral nas democracias europeias?

Com este trabalho procura-se contribuir de quatro formas diferentes relativamente aos trabalhos prévios. Em primeiro lugar é um dos poucos trabalhos sobre a União Europeia, com uma amostra alargada aos 28 actuais estados-membros. O número de países europeus abrangidos permite-nos uma análise inter-regiões, entre velhas e novas democracias, entre regimes pós-comunistas e não comunistas, o que levanta novas questões teóricas.

² Destaca-se também a diminuição do activismo por parte dos filiados, a diminuição do número de simpatizantes e o aumento generalizado da abstenção (Curtice, 2002).

Em segundo lugar, iremos cobrir um período de tempo bastante mais alargado do que muitas das análises multivariadas anteriores. Um quadro temporal alargado em conjunto com uma análise multivariada melhorará as explicações causais da volatilidade eleitoral. Procuramos colmatar uma tendência que se observa nos últimos anos, que aceita como um facto consumado o aumento da volatilidade eleitoral desde os anos 70. Parte-se do pressuposto que o aumento da volatilidade está instituído nos países europeus, o que pode provocar excessivas simplificações, nas quais as diferenças entre países e regiões na Europa deixam de ser analisadas (Hooghe e Dassonneville, 2011). Enfrentamos assim uma inconsistente e fraca compreensão empírica deste fenómeno na Europa, que procuramos contornar através de uma perspectiva comparativa e longitudinal.

Em terceiro lugar iremos analisar em simultâneo diferentes explicações da volatilidade, que muitas vezes têm sido estudadas de forma individual ou em segmentos específicos. As poucas análises explicativas são, na sua maioria, unidimensionais, pois frequentemente contemplam apenas um conjunto temático e reduzido de variáveis explicativas. Considerando diferentes dimensões explicativas em análise poderemos controlar um maior número de efeitos entre as variáveis independentes. Outra tendência que se observa é que diversas análises não contemplam uma abordagem explicativa dos índices encontrados, ficando apenas por uma avaliação da dinâmica do próprio índice de volatilidade eleitoral ao longo do tempo.

Por fim, em quarto lugar compilámos um leque muito alargado de dados primários e secundários e construímos uma base de dados em SPSS, que contempla diferentes medidas de volatilidade eleitoral, pois entendemos que a volatilidade é um fenómeno demasiado complexo para ser apenas operacionalizado por um indicador: *“Measuring volatility by means of a single index, such as the Pedersen index, appears to have hardly any meaning.”* (Grunberger 1985: 204). Sendo assim poderemos analisar não a só a volatilidade total líquida (índice de Pedersen) mas também diferentes partes do fenómeno: a volatilidade entre partidos existentes (Volatilidade tipo B-*Between existing parties/procura*) vs a volatilidade causada pela entrada de novos partidos na competição eleitoral (volatilidade tipo A- *A new party/oferta*). Nesta amostra de 28 países torna-se ainda mais importante introduzir novos indicadores de volatilidade, como salientam Powell e Tucker (2014:5): *“Distinguishing between these two different types of volatility is especially important in post-communist countries, which have seen large numbers of parties come and go[...].”*³ Considerar apenas o indicador de volatilidade total líquida é insuficiente para comparar países pós-comunistas com democracias consolidadas: *“[...] comparing Total Volatility in post-communist countries to Total Volatility in established democracies is essentially comparing apples to oranges.”* (Powell e Tucker, 2014: 27).

³ E surpreendentemente, até ao momento, apenas três estudos procuraram explicar a volatilidade devido à nova entrada de partidos no sistema partidário).

1.2 Estado da Arte

A revisão da literatura que se procura fazer pretende responder a duas questões: quais os níveis de volatilidade eleitoral na União Europeia desde 1945? E quais as explicações macropolíticas apontadas para as dinâmicas eleitorais encontradas?

Em primeiro lugar, é importante referir que até ao momento os estudos sobre a volatilidade eleitorais têm sido regionais, com isto quer-se dizer que se encontram estudos focados nos Estados-Unidos (Pedersen, 1979; Bartolini e Mair, 1990; Dalton et al, 2000; Drummond, 2003), na América Latina (Roberts e Wibbels, 1999), na África (Ferree, 2010), na Europa Ocidental (Bartolini e Mair, 1990; Hooghe e Dassonneville, 2011) e com a queda do comunismo na Europa de Leste, alguns estudos focaram a sua atenção na volatilidade eleitoral nessa região (Birch, 2003; Sikk, 2005; Tavits, 2005, Lane e Ersson, 2007; Powell e Tucker, 2012).

Recentemente o estudo de Ruth Dassonneville e Marc Hooghe (2011) analisou a Europa, aumentando a amostra de países analisados para 31 países europeus, face ao estudo longitudinal de Bartolini e Mair (1990) que só cobria 13 democracias.

O estudo de Dassonneville e Hooghe (2011) é, até ao momento, o único que alargou o espectro de análise no espaço europeu. O que demonstra a inexistência de evidências substanciais sobre a volatilidade na Europa até ao momento e que é preciso estudar a Europa, em particular a União Europeia, enquanto configuração política na Europa contemporânea.

Dos estudos de Bartolini e Mair (1990) e Dassonneville e Hooghe (2011) podemos encontrar algumas conclusões consistentes, que tentaremos sistematizar:

1. Podemos agrupar os países europeus em 3 grupos consoante o padrão de volatilidade eleitoral: os países do norte e centro da Europa, os países da Europa do Sul e os países do Leste Europeu pós comunistas. Existem diferenças significativas entre os níveis de volatilidade eleitoral entre os três grupos.
2. A volatilidade eleitoral é sobretudo maior no grupo de países do Leste Europeu e no grupo de países da Europa do Sul quando comparados com a Europa central e do Norte.
3. No que toca à evolução no tempo, é de apontar um aumento significativo da volatilidade eleitoral em toda a Europa para o período 1966-2011, com excepção da Europa do Sul, em que os valores diminuem.
4. As diferenças entre as regiões europeias diminuem ao longo tempo. Deixando de ser significativas a partir de 1990.

O aumento da volatilidade eleitoral a partir da década de 70 na Europa proporcionou aos investigadores a elaboração de diferentes teorias para explicar as flutuações eleitorais, tanto ao nível individual, tendo como alvo os indivíduos, como ao nível agregado, tendo como alvo os países (Lisi, 2008).

A literatura aponta dois eixos teóricos na explicação da variância da volatilidade eleitoral (Hooghe e Dassonville, 2011): um eixo político-institucional (nível agregado), centrado na causalidade de variáveis políticas e institucionais (Bartolini e Mair, 1990; Birch, 2003; Dalton et al, 2000; Lachat 2007; Robers e Wibbels, 1999; Tavits, 2005, 2008) e um segundo eixo socio-estrutural (nível individual), centrado na causalidade de variáveis socio estruturais, como a educação, a religião, a filiação partidária, o acesso à informação política, entre outros (Dalton, 1984; Dalton et al, 2000; Lachat, 2007).

Nesta investigação privilegia-se uma análise de nível agregado, utilizando a metodologia ecológica (King, 1997), isto é, utilizam-se dados agregados da volatilidade eleitoral, os quais se reportam às unidades territoriais (28 países-membros da União Europeia actualmente). Desta forma, importa olhar sobretudo para os contributos político-institucionais, que se configuram nevrálgicos para esta investigação.

Mogens Pedersen foi o politólogo cujo contributo abriu caminho ao estudo da volatilidade eleitoral numa perspectiva comparada em *“The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility”* (1979). Pedersen analisa comparativamente as dinâmicas da volatilidade eleitoral em 13 países europeus: Suíça, Áustria, Reino Unido, Finlândia, Suécia, Holanda, Bélgica, Itália, Irlanda, Noruega, Dinamarca, Alemanha e França e encontra *clusters* de países com padrões de volatilidade semelhantes, o que sugere uma inovadora forma de classificar os sistemas partidários europeus de acordo com as suas tendências de volatilidade.

A partir deste marco, vários e distintos estudos surgiram com diferentes características teóricas e metodológicas e com diferentes alvos de análise que foram para além da Europa, como Ásia, América-Latina e África.

Ao nível das determinantes da variação da volatilidade eleitoral, alguns investigadores têm centrado recorrentemente a sua análise no sistema eleitoral e em simultâneo no sistema partidário para explicar a volatilidade eleitoral, como Pedersen (1983), Bartolini e Mair (1990), Roberts e Wibbels (1999) e Toole (2000).

A volatilidade eleitoral foi primeiro analisada em função dos padrões de mobilização eleitoral (Przeworski, 1975 e Sjoblum, 1983 In Tavits, 2008). Przeworski (1975) no seu estudo sobre a “institucionalização do sistema partidário”, referia-se na verdade, por outras palavras, à volatilidade eleitoral. Em segundo lugar, foi analisada em função da participação eleitoral, uma vez que em eleições com muita afluência às urnas, não são só os indivíduos com ligações a partidos e eleitores mais estáveis que participam como também todos os outros eleitores. Enquanto nas eleições com uma menor afluência, por outro lado, só os eleitores com fortes ligações partidárias, e portanto estáveis, participam (Bartolini e Mair, 1990; Birch, 2003). A natureza do sistema eleitoral tem sido apresentada como tendo impacto nos níveis de volatilidade: nos sistemas eleitorais maioritários e altamente desproporcionais, a volatilidade eleitoral prova ser mais pronunciada (Bartolini e Mair, 1990). Sarah Birch introduziu um novo elemento de análise: o período entre eleições, pois segundo a autora quanto maior o período

entre eleições, mais tempo os eleitores têm para mudar as suas preferências e votar noutro partido (Birch, 2003; Shair-Rosenfield, 2007).

Também tem sido recorrentemente testado o impacto do sistema partidário, sobretudo ao nível da fragmentação partidária, contudo a relação entre as duas variáveis é tautológica. Por um lado argumenta-se que quantas mais opções os eleitores tiverem, mais provavelmente irão mudar de voto, o que aumentará a volatilidade (Pedersen, 1979; Bartolini e Mair, 1990; Sikk, 2005). O segundo argumento aponta uma causalidade inversa, indicando que uma maior volatilidade eleitoral origina um sistema partidário mais fragmentado, com mais partidos (Tavits, 2008). Para além da fragmentação partidária, as estratégias partidárias são também tidas em conta como uma possível explicação dos padrões de estabilidade do sistema partidário (Bakke e Sitter, 2005).

Outra dimensão apontada é que alguns elementos do sistema político, na sua generalidade, como a longevidade das democracias explicam a volatilidade eleitoral, uma vez que é expectável encontrar maiores níveis de volatilidade nas democracias recentemente estabelecidas (Birch, 2003; Lane e Ersson, 2007; Sarah Shair-Rosenfield, 2007). Também o impacto das primeiras eleições democráticas, depois do processo de transição, parece evidenciar correlações significativas com a volatilidade (Reich, 2004).

Uma outra abordagem explicativa tem sido defendida por diversos autores, como Bartolini e Mair (1990), Lijphart, Rogowski e Weaver (1993), Mainwaring e Scully (1995), Dalton (1998,) Mainwaring (1998, 1999), Roberts e Wibbels (1999), Tucker (2002), Heath (2005) e Tavits (2005) que procuraram explicar a volatilidade eleitoral em decorrência das clivagens sociais. A matriz teórica desta abordagem é o trabalho de Lipset e Rokkan (1967) sobre as clivagens sociais, que resultou no *“Modelo Social de Clivagens”*. Segundo esta perspectiva, em sociedades com clivagens sociais estruturadas, os interesses de cada grupo seriam facilmente “traduzidos” no sistema partidário que, assim, ganharia maior estabilidade, resultando em menor volatilidade eleitoral. Em especial, a fracionalização étnica tem sido sugerido como tendo influência na volatilidade eleitoral, contudo, nalguns casos por diminuir a volatilidade eleitoral (Birner, 2006) e noutros casos por aumentar a volatilidade (Madrid, 2005).

Finalmente, e claramente relacionado com a teoria do voto económico (Hooghe e Dassonville, 2011) é expectável que o nível de volatilidade eleitoral esteja relacionado com a conjuntura económica, quanto melhor a performance económica de um país (PIB), mais baixo será a volatilidade (Roberts e Wibbels, 1999; Torcal e Mainwaring, 2005⁴). Outros indicadores económicos, como o desemprego e a inflação foram também considerados (Kramer: 1971; Lewis-Beck, 1988; Remmer: 1991; Powers e Cox, 1997; Lewis-Beck e Stegmaier, 2000; Tucker, 2002 In Ricci et al: 2008). Ou seja, quanto melhor o desempenho da economia menor a volatilidade eleitoral, na medida em que a maioria dos eleitores, no momento de escolha nas urnas, nada mais fariam do que responder retrospectivamente aos ganhos económicos obtidos

⁴ Estes investigadores encontraram resultados importantes nas suas análises: o PIB explicou 60% da variância da volatilidade eleitoral nos casos analisado, com uma significância de 0.000 (Torcal e Mainwaring, 2005).

por intermédio da política governamental de forma constante, resultando assim numa baixa volatilidade.

Ainda neste quadrante económico, o desenvolvimento humano parece ter uma ligação causal importante. Num estudo de Torcal e Mainwaring (2005), tendo por base uma amostra de 39 países, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mostrou-se um preditor significativo e com um forte poder explicativo da volatilidade eleitoral, 46,3% da variação em escores de volatilidade. Cada aumento de 0,100 no IDH levou a uma diminuição esperada de 12,5% na volatilidade eleitoral. Em geral, os países mais ricos possuem valores de volatilidade eleitoral menores.

Contudo, esta relação ainda não foi explorada em profundidade como asseguram Torcal e Mainwaring *“As causas da forte correlação entre um alto nível de desenvolvimento e baixa volatilidade eleitoral requerem pesquisas além do que é possível fazer aqui [...]”* (2005:259).

Como se observa, tendo em conta apenas os contributos macropolíticos (político - institucionais), a literatura evidencia várias dimensões explicativas da volatilidade eleitoral relacionadas com o sistema político, eleitoral, partidário e com factores sociológicos e de natureza económica.

1.3 Objecto e Objectivos (Modelo de Análise)

Face ao exposto acima, o objecto de estudo desta investigação é a volatilidade eleitoral, que segundo Crewe e Denver (1985:8) *“ [...] is simply a fancy phrase for changes in party references within an electorate. But is a multi-layered and multi-dimensional.”* Está portanto a falar-se do total de transferências líquidas entre os partidos que obtiveram votos entre duas eleições legislativas consecutivas nas 28 democracias europeias desde 1945 até 2012.

Deste modo, o objectivo principal deste trabalho passa por explorar as dinâmicas da volatilidade eleitoral e as suas causas/determinantes em eleições legislativas consecutivas (desde 1945 até 2012, nos actuais 28 países membros da União Europeia, durante o período democrático).

Para alcançar estes objectivos será necessário realizar:

1. Uma descrição geral dos casos analisados (eleições/países) através do mapeamento das dinâmicas eleitorais na União Europeia.
2. Explorar comparativamente padrões de semelhanças entre os casos alvos de análise, tanto no que toca às dinâmicas da volatilidade eleitoral dos 28 países como no que toca às determinantes consideradas, a fim de encontrar *clusters* de países na Europa tendo em conta a suas semelhanças em ambas as dimensões.

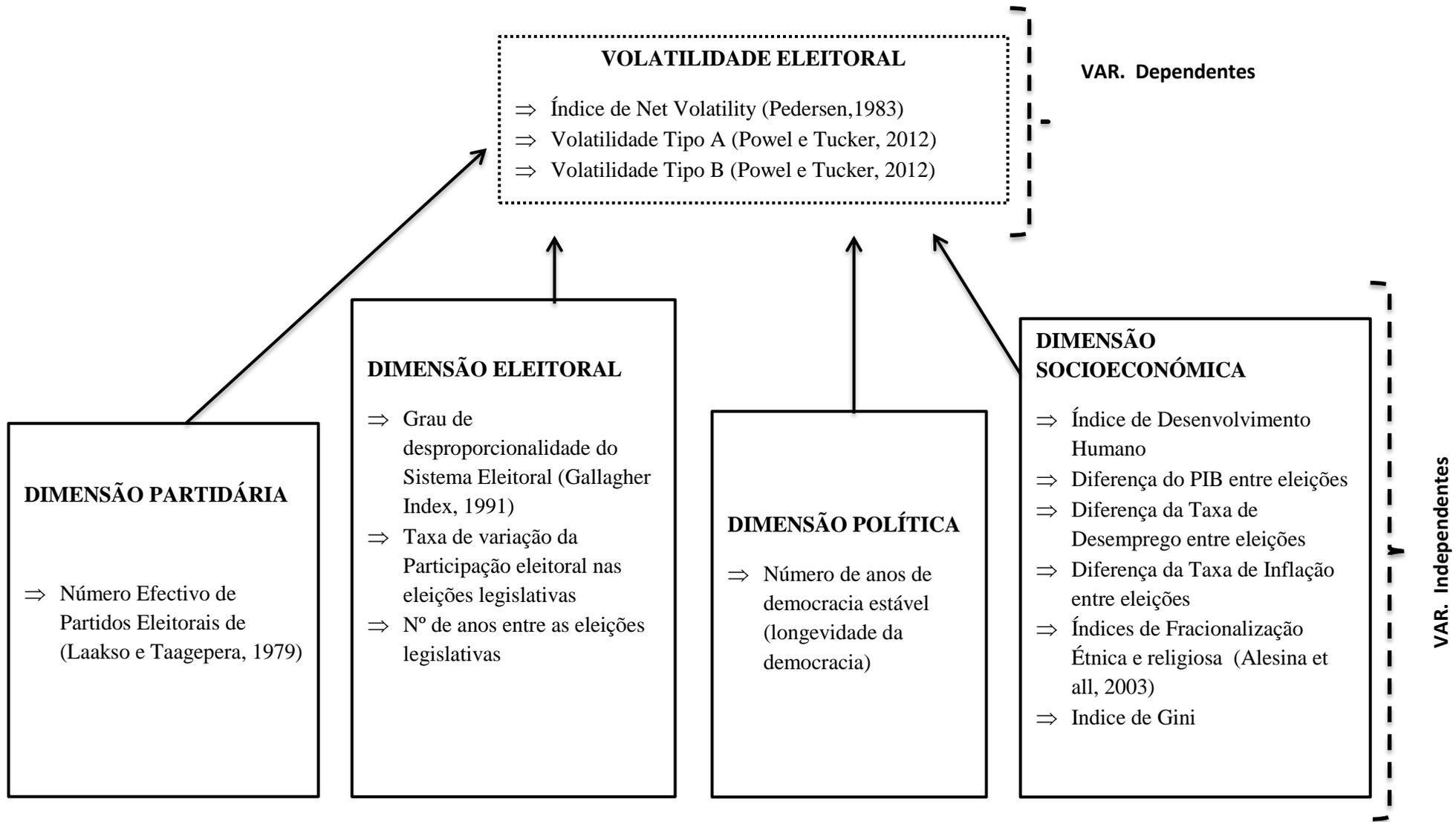
3. Realizar análises multivariadas que possibilitam escrutinar quais as determinantes da volatilidade eleitoral na União Europeia

Conhecendo as limitações de uma metodologia ecológica, aplicar-se-á o modelo de Dalton, Farrel e McAllister (2011) que associa a volatilidade eleitoral a três dimensões: o sistema partidário, eleitoral e político, às quais se acrescenta um novo elemento que combina indicadores económicos e sociológicos.

A figura abaixo pretende resumir de forma esquemática as relações estabelecidas entre as variáveis dependentes (*Índice de net volatility*, tipo A e tipo B) e as variáveis independentes, agrupadas em quatro dimensões explicativas. Espera-se que as quatro dimensões, com as variáveis independentes que as constituem, expliquem uma parte da variância da volatilidade eleitoral entre os 28 estados-membros.

As relações causais entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes estão apresentadas sob a forma de seta, demonstrando o sentido da relação causal determinada, por exemplo: a fragmentação partidária, medida pelo indicador Número efectivo de partidos eleitorais (NEPE) é explicativa da volatilidade eleitoral: líquida, tipo A e tipo B. Por outras palavras, poder-se-ia dizer que a variância da volatilidade eleitoral depende de uma maior ou menos fragmentação partidária nos sistemas partidários.

Figura nº 1.1 **Modelo analítico**



Fonte: Formulação da própria, baseado na literatura exposta na Revisão da Literatura, Capítulo I- Teoria.

1.4 Conceptualização e Operacionalização

⇒ Volatilidade Eleitoral

A Volatilidade eleitoral é um conceito que pode ser operacionalizado de várias formas. A volatilidade eleitoral que se ambiciona explorar é a Net Volatility, “*is defined as resulting from individual vote-transfer*” (Crewe e Denver, 1985:9), medida por um indicador bastante comum na literatura, o índice de Pedersen, utilizado em 1979 e que derivou de indicadores muito semelhantes utilizados anteriormente por Rose e Urwin (1970) e Ascher e Tarrow (1975).

Procura-se compreender e analisar a volatilidade eleitoral “inter-eleição”, isto é, considerando as transferências líquidas entre os partidos que obtiveram votos em duas eleições legislativas consecutivas (Crewe e Denver, 1958)⁵,

A volatilidade eleitoral é o conceito-chave desta investigação e em termos mensuráveis traduz-se em quatro indicadores: **(1)** Volatilidade Eleitoral Total líquida, **(2)** Volatilidade Tipo A, **(3)** Volatilidade Tipo B.

Para efeitos de operacionalização utilizar-se-á a fórmula original de Pedersen, que segundo dados recentes continua a ser uma medida válida para medir a volatilidade eleitoral (Ersson, 2012)⁶. Este indicador assinala se o resultado de um partido de uma eleição para outra é positivo ou negativo. Contudo é um indicador “neutro” pois não nos indica a direcção da mudança de votos entre partidos, ou seja “quem perdeu votos para quem?” e “quem ganhou votos de quem?”.

Com o intuito de contornar esta limitação e assim destrinçar o conceito de volatilidade eleitoral total líquida de Pedersen, alguns autores propuseram novas dimensões de análise⁷. Powel e Tucker fizeram a distinção entre Tipo A - “A new Party” e Tipo B - “Between existing parties”.

A volatilidade de tipo A é causada pela entrada de partidos (que por definição não tem eleitores na eleição anterior) e/ou saída de partidos do sistema político. Esta volatilidade está intimamente associada com a instabilidade do sistema partidário. Por outro lado, a volatilidade de tipo B ocorre quando os eleitores mudam os seus votos entre os partidos existentes. Este tipo de volatilidade é considerado como uma componente saudável da democracia representativa, uma vez que realoca energia entre os atores políticos que já estão no processo político (Powel e Tucker, 2012).

⁵ Os autores referem também outro tipo de análise possível: “*intra-eleição*”, referindo-se à mudança nas preferências partidárias a um nível individual e agregado entre uma eleição geral e a eleição subsequente, uma eleição local e regional (Crewe e Denver, 1985).

⁶ A respectiva equação do cálculo da volatilidade total é indicada em pormenor na página i do Anexo

⁷ Ao nível da natureza da volatilidade eleitoral Bartolini e Mair também dividiram a volatilidade total em volatilidade interbloco e intrabloco.

Richard Rose e Neil Munro, num estudo em 2003, utilizaram indicadores semelhantes a que chamou de “*supply-side*” e “*demand-side*”, ou seja, oferta e procura. A oferta é idêntica ao tipo A aqui analisado, pois baseia-se no cálculo da volatilidade que ocorre devido à entrada e saída de partidos. E a procura é idêntica ao tipo B, pois a sua fórmula incide apenas sobre as mudanças eleitorais que ocorrem entre os partidos existentes em duas eleições. Esta metáfora, oferta e procura, também pode ser aplicada nesta dissertação.

⇒ **Dimensão Partidária: Fragmentação partidária**

O estudo da fragmentação é, de forma sintética, o estudo do número de partidos em competição dentro de um sistema partidário, tema que tem sido debatido na literatura desde a famosa tipologia de Sartori publicada em 1976.

Para efeitos de operacionalização utilizar-se-á como indicador o índice do número efectivo de partidos eleitorais proposto por Markku Laakso e Rein Taagepera, (1979)⁸ para as eleições em análise. Um importante indicador do nível de fragmentação do sistema partidário (não o único) para detectar não apenas o número de partidos em competição, mas o peso relativo de cada um deles no total da votação.

A fonte destes dados é a investigação de Michael Gallagher da Trinity College Dublin, da Universidade de Dublin, para 1.050 eleições em cerca de 90 países, incluindo os 28 Estados-Membros (nem sempre estão disponíveis dados para a série temporal que se analisa para todos os países)⁹.

⇒ **Dimensão Eleitoral**

Para medir o impacto do sistema eleitoral, considerámos três indicadores independentes:

(1) A taxa de variação da participação eleitoral, é um indicador criado para esta dissertação com base no indicador de participação eleitoral/*voter turnout*: representa a diferença entre a participação eleitoral registada entre a eleição a e b. Os dados referentes à

⁸ Na escolha deste indicador procurou-se fazer uma união equilibrada entre razões de ordem prática, como o acesso aos dados e de ordem teórica, como a adequabilidade tendo em conta o conceito que se pretender medir, uma vez que a fragmentação partidária pode ser medida por diversos indicadores, como o índice Eleitoral F (Rae, 1971); o índice parlamentar F (Rae, 1971); índice de hiper fraccionalização eleitoral (Kesselman, 1966; Wildgen, 1971); entre outros. Mais detalhes estatísticos, nomeadamente a fórmula a aplicar, encontram-se na página 3 do Anexo.

⁹ Em apenas dois casos não se encontram os dados longitudinais necessários: Croácia e Chipre. Relativamente à Croácia (1995-2011) falta apenas dados da eleição de 1995. Relativamente ao Chipre (1970-2011) só estão disponíveis dados a partir de 2001.

participação eleitoral foram recolhidos através do “*The International IDEA Voter Turnout*”¹⁰, que define “*voter turnout*” como: o número total de votos (válidos ou inválidos), dividido pelo número total de eleitores presentes nos cadernos eleitorais, expresso em percentagem.

(2) A Natureza do Sistema Eleitoral. Segundo Dieter Nohén (2007), os sistemas eleitorais podem classificar-se segundo dois princípios: a eleição maioritária e a eleição proporcional. Contudo, esta distinção não está sujeita a regras técnicas, mas sim a funções e a intenções políticas dos sistemas eleitorais mediante os quais se transforma o número de votos em assentos parlamentares. Para efeitos de operacionalização utilizar-se-á o índice de desproporcionalidade de Gallagher (1991)¹¹ a fim de medir a proporcionalidade/natureza do sistema eleitoral.

Estes dados estão calculados por Michael Galagher do Trinity College Dublin, da Universidade de Dublin, para 1050 eleições em cerca de 90 países, incluindo os 28 Estados-Membros, mas nem sempre os dados estão calculados para a série temporal que se pretende para todos os países¹².

(3) O período entre eleições corresponde ao tempo entre dois momentos eleitorais legislativos que será calculado para todos os países e tendo em conta todas as eleições consideradas democráticas. Em termos de operacionalização, o cálculo será feito a partir da 2^o eleição livre, justa e universal para cada país.

Dimensão Política

o Longevidade da Democracia

Lane e Ersson (2007) acrescentaram a longevidade da democracia como variável preditor da volatilidade eleitoral. Num artigo clássico, Converse (1969) argumentou que a exposição dos cidadãos às eleições poderia explicar uma ligação de dependência dos eleitores aos partidos políticos e a probabilidade decrescente dos eleitores mudarem de partido. É esperado que em democracias mais recentes a volatilidade eleitoral seja maior, visto que nas

¹⁰ O Instituto Internacional para a assistência democrática e eleitoral é uma organização intergovernamental que reúne dados eleitorais desde 1945 para diversos países, incluindo os 28 estados-membros.

¹¹ Também aqui se procurou fazer uma união equilibrada entre razões de ordem prática e teórica na escolha do indicador, uma vez que a proporcionalidade/desproporcionalidade pode ser medido por diferentes indicadores como o índice de Rae (Era, 1971), índice de Mackie-Rose (Mackie e Rose, 1991), índice de Lijphart (Lijphart, 1994), entre outros. Mais detalhes estatísticos, nomeadamente a fórmula a aplicar, encontram-se na página 3 do Anexo.

¹² Em apenas dois casos não se encontram os dados longitudinais necessários: Croácia e Chipre. Relativamente à Croácia (1995-2011) falta apenas dados da eleição de 1995. Relativamente ao Chipre (1970-2011) só estão disponíveis dados a partir de 2001.

democracias mais antigas, estáveis e consolidadas os partidos já contestaram um número suficiente de eleições para estabelecerem elos fortes e consistentes com os eleitores (In Mainwaring e Zoco, 2007).

Este conceito será operacionalizado de forma bastante simples, através do cálculo do número de anos que cada país viveu em democracia. Iremos calcular o número de anos de período democrático, desde a segunda eleição legislativa livre, justa e universal.

⇒ **Dimensão Socioeconómica**

No nosso modelo considerámos dois indicadores económicos para medir a performance económica: **(1) a taxa de crescimento real do PIB (ano anterior)**: O cálculo da taxa de crescimento anual do PIB em volume destina-se a permitir comparações das dinâmicas do desenvolvimento económico, quer ao longo do tempo quer entre economias de diferentes dimensões. É uma medida de crescimento económico entre dois períodos expresso em percentagem e ajustado aos valores da inflação¹³; **(2) a Taxa de Desemprego**: percentagem de indivíduos entre 15 e os 74 anos, que estavam sem trabalho na semana de referência, mas que declaram estar nesse momento disponível para o trabalho e ainda os indivíduos que nas últimas semanas procuraram activamente emprego ou que já tinham encontrado emprego (a iniciar dentro dos próximos três meses).

Estes dados estão disponíveis para os 28 Estados-Membros no Eurostat, a partir de 1960, através do “EU labour Force Survey”.

Outra dimensão apontada por Mariano Torcal e Scot Mainwaring é a relação encontrada entre o **desenvolvimento humano** dos países e a volatilidade eleitoral. Em termos de operacionalização o desenvolvimento humano tem sido medido pelo índice de desenvolvimento humano (IDH), uma medida composta traduzida numa escala de 0 a 1, na qual os valores mais altos correspondem a mais elevados níveis de desenvolvimento humano.

As séries temporais mais completas são distribuídas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que calcula o IDH para todos os países do mundo desde 1960.

Por fim, como já se observou existe um leque variado de autores que procuraram explicar a volatilidade eleitoral ou a sua ausência em decorrência das **clivagens sociais** patentes nas sociedades, partindo do conceito original de Lipset e Rokkan (1967: 7): “*conflicts and controversies that can arise out of [...] relationships in the social structure [...]*”.

¹³ Optou-se pela taxa de crescimento real do PIB, uma vez que é melhor indicador da saúde económica de um país que o valor absoluto do PIB. Quando a economia está em expansão, a taxa de crescimento do PIB é positivo. SE a taxa de crescimento do PIB for negativa, então a economia do país está a caminhar para uma recessão. A sua escolha também teve em conta o facto deste indicador ser ajustado aos valores da Inflação na economia.

Actualmente as clivagens sociais são definidas como os conflitos entre grandes segmentos da população enraizados em divisões sociológicas, como a etnia e a raça (Stoll, 2004).

Em termos de operacionalização, a literatura é tão vasta como o debate teórico sobre o conceito de clivagens sociais. Seguir-se-á a operacionalização de Alberto Alesina et al (2003) que procurou criar 2 índices individuais de **fracionalização: étnica e religiosa**, presentes na base de dados “ *The Qoc standard dataset*” para o exacto período desta análise 1946-2012 e incluindo todos os países Europeus em análise¹⁴. Apesar de não ser uma medida compósita, esta operacionalização permite perceber melhor o peso e o impacto de três diferentes tipos de clivagens na Europa.

De modo a complementar a análise das clivagens sociais, sobretudo a dimensão associada às clivagens entre os mais pobres e os mais ricos utilizar-se-á o **índice de Gini** que é sobretudo utilizado para medir a desigualdade da riqueza (ou do rendimento). Quanto mais alto for o resultado, mais desigual é a distribuição de rendimento em determinado país. É vantajoso porque é um índice suficientemente simples e de fácil interpretação em comparações entre países e no tempo.

É preciso reconhecer, que este índice não é perfeito, mas é uma boa aproximação às clivagens sociais entre indivíduos no que toca aos rendimentos auferidos pelas famílias (indicador *proxy*). Uma primeira desvantagem do coeficiente de Gini é que este mede a desigualdade de rendimentos, mas não a desigualdade de oportunidades. Por exemplo, alguns países podem ter uma estrutura de classes sociais que apresentam barreiras à mobilidade ascendente, o que não se reflecte nos seus coeficientes de Gini. Outro problema é a ambiguidade dos resultados, por exemplo, dois países podem obter o mesmo coeficiente de Gini, mas um é pobre e o outro é rico, assim no primeiro caso o índice mede a desigualdade na qualidade de vida material, enquanto no segundo caso, mede a distribuição do luxo além das necessidades básicas.

Estes dados são recolhidos através das bases de dados do Eurostat, que fornecem uma série temporal desde 1996 até 2012. Entre o período de 1996 a 2004 (inclusive) existem várias quebras de séries para a maioria dos Estados-Membros, mas a série de dados está completa para os 28 estados-membros desde 2005 a 2012.

1.5 Hipóteses a testar

Assume-se nesta dissertação um quadro teórico que resulta em grande parte de contributos empíricos e teóricos de investigações anteriores. Procura-se alinhar, por um lado,

¹⁴ Também na escolha deste indicador ponderou-se razões de ordem prática, como o acesso aos dados e de ordem teórica, como a sua adequabilidade tendo em conta o conceito que se pretende medir. Para mais detalhes, ver página iii do Anexo. Reconhece-se a existência de outros índices de fracionalização que também procuram medir as clivagens latentes, como por exemplo o índice de fragmentação/fracionalização de Rae e Taylor (1970).

as explicações que até agora têm demonstrado de forma consistente o seu peso explicativo e, por outro lado, as explicações sobre as quais ainda não há resultados consistentes e robustos aplicados às democracias europeias.

Para explicar as diferenças de volatilidade eleitoral entre os Estados-membros, a análise focar-se-á em factores macropolíticos, factores estruturais e institucionais e na performance económica como preditores da volatilidade. Examinar-se-á 6 diferentes explicações teóricas: a estabilização do sistema partidário (H1), a natureza do sistema eleitoral (H2 e H3), a participação eleitoral (H4), a longevidade democrática (H5), a performance económica e social (H6 e H7) e a estrutura de clivagens sociais (H8).

⇒ **Dimensão Partidária**

Bartolini e Mair (1990) encontraram correlações fortes entre o formato do sistema partidário e volatilidade dos eleitores num universo de 303 eleições e 13 países. Os dados foram claros, os autores encontraram correlações positivas e fortes (com excepção da Suíça), sobretudo para os anos mais recentes de análise, eleições entre 1966-1985 e uma relação linear entre o formato do sistema partidário e a volatilidade eleitoral: quanto mais fragmentado o sistema partidário mais provável é uma elevada volatilidade eleitoral, sendo a associação sobretudo marcante nas últimas eleições em análise.

H1: Espera-se que quanto maior a fragmentação partidária, ou seja quanto mais opções tiverem os eleitores nas suas escolhas (mais partidos), maior será a volatilidade eleitoral (Bartolini e Mair, 1990; Pedersen, 1979; Tavits, 2005).

⇒ **Dimensão Eleitoral**

A assunção central aqui é que diferentes fórmulas eleitorais de traduzir votos em assentos parlamentares constroem o comportamento eleitoral dos cidadãos em várias formas. Se assumirmos um certo grau de racionalidade no voto enquanto escolha racional e pensada por parte de um indivíduo (Downs, 1957), então o indivíduo não só vota pelas suas preferências individuais mas pesa essas preferências de forma estratégica tendo em conta a eficiência do seu voto: será ele desperdiçado ou eficiente/útil?

Neste sentido, a escolha eleitoral não é meramente resultado de predisposições partidárias mas também inclui elementos estratégicos. Enquanto um sistema eleitoral extremamente proporcional talvez permita um domínio quase exclusivo de predisposições partidárias, sistemas eleitorais extremamente desproporcionais talvez permitam um maior peso às decisões estratégicas, com os eleitores a rejeitarem potenciais votos perdidos e a preferirem uma potencial vitória de um partido alternativo mas aceitável (Bartolini e Mair, 1990).

H2: É expectável que nos sistemas eleitorais mais desproporcionais, a volatilidade eleitoral seja maior (Bartolini e Mair, 1990).

Segundo Birch (2003) quanto maior o período entre duas eleições consecutivas, maior a volatilidade eleitoral. A razão de ser desta premissa é simples: “[...] over longer periods of time voters will become disaffected with the party they voted for at the previous election and hence more likely to opt for a different choice when the election is finally held.” (2003:128)

Existe uma variação pequena entre a média de anos entre eleições legislativas na nossa amostra. Na maioria a média é de 4 ou 5 anos. Mas também existe casos, de grandes variações dentro do mesmo país, como é o caso da Áustria, que varia entre períodos de 1, 2, 3, 4 a 5 anos entre eleições.

H3: É expectável que quanto maior o período entre duas eleições consecutivas, maior o tempo disponível para os eleitores “trocarem de partido”, logo será maior a volatilidade eleitoral (Birch, 2003).

Segundo Bartolini e Mair (1990) a relação entre a participação eleitoral e a volatilidade é visível. Não é sugerido a presença de uma relação linear simples, em que cada aumento percentual na participação eleitoral é associado ao aumento da percentagem da volatilidade. Pelo contrário, é sugerido pelos autores que o aumento da participação terá um impacto visível nos níveis de volatilidade, apenas nos casos mais extremos, ou seja, em casos onde não votantes são adicionados substancialmente ao eleitorado pré-existente activo. Aliás, é evidente para os autores a ausência de uma relação linear forte uma vez que encontraram uma correlação fraca entre o aumento da participação eleitoral e os níveis de volatilidade: “[...] over the 130 cases in which turnout increases without a formal extension of the franchise, the correlection between turnout difference and volatility is a mere 0,113..” (Bartolini e Mair, 1990: 175)

H4: Espera-se que eleições legislativas com níveis elevados de participação eleitoral estejam associados a níveis de volatilidade eleitoral maiores (Bartolini e Mair, 1990; Birch, 2003).

⇒ **Dimensão Política**

Nas democracias consolidadas os partidos foram veículos de integração social e política das massas de novos cidadãos (Chalmers, 1964; Pizzorno, 1981). Construíram organizações integradoras e solidificaram fortes lealdades com os cidadãos. Na maioria dos países de democratização tardia, os partidos ocuparam um lugar menos central na luta para expandir a cidadania e nunca tiveram as funções sociais de amplo alcance ou fomentaram fortes identidades, tal como fizeram nas democracias mais antigas (Gunther e Diamond, 2003) provocando uma maior mobilidade entre os eleitores (volatilidade eleitoral).

H5: É espectável que quanto menor o período de experiência democrática (“as novas democracias”) maior a volatilidade eleitoral (Lane e Ersson, 2007).

⇒ Dimensão Socioeconómica

Há uma longa tradição na investigação comparada que relaciona os efeitos do voto económico na volatilidade eleitoral. Esta abordagem assume que os eleitores penalizam ou premeiam os partidos pelo seu relativo sucesso governativo económico (Kramer, 1971; Lewis-Beck, 1988; Tufte, 1978). A volatilidade eleitoral é o resultado de mudanças eleitorais ao nível individual e agregado como resposta às avaliações retrospectivas que os indivíduos fazem do desempenho económico no período antecedente ao sufrágio. A ideia que as condições económicas moldam de certa forma os resultados eleitorais nas democracias é bastante robusta. Investigadores têm descoberto evidências substanciais do voto económico nos Estados Unidos (Feldman, 1982; Fiorina, 1981; Kiewiet, 1983; Markus, 1988; Tufte, 1978), na Europa Ocidental (Lewis-Beck, 1988; Powell e Whitten, 1993), na Europa Central e de Leste (Pacek, 1994, Tavits, 2005) e na América Latina nos anos 80 (Remmerm 1991; Roberts e Wibbels, 1999).

H6: É expectável que quanto melhor a performance económica de um país no período antecedente à escolha eleitoral dos eleitores, mais baixa será a volatilidade eleitoral registada (Roberts e Wiibbels, 1999; Tavits, 2005).

Existe também uma extensa abordagem teórica que relaciona o sistema partidária às clivagens estruturais, na medida em que as últimas solidificam os laços entre partidos e os eleitores, aumentam a previsibilidade dos resultados eleitorais, e contribuem, desta forma, para a estabilidade democrática (Lijphart, Rogowski e Weaver, 1993). Esta abordagem segue o estudo de Lipset e Rokkan (1967), no qual os autores argumentam que os partidos estão profundamente enraizados em questões como religião, classe, etnia entre outras clivagens.

A ideia é bastante simples e já foi comprovada: em sociedades com clivagens sociais estruturadas/enraizadas os interesses de cada grupo são facilmente “traduzidos” no sistema partidário, gerando fortes lealdades junto dos eleitorados respectivos, fornecendo maior estabilidade partidária e resultando em menor volatilidade eleitoral (Bartolini e Mair, 1990, Tucker, 2002, Heath, 2005 e Tavits, 2005).

H7: Espera-se que em sociedades onde se registem clivagens sociais estruturadas, menor será a volatilidade eleitoral (Bartolini e Mair, 1990, Tucker, 2002, Heath, 2005 e Tavits, 2005).

Por fim, uma das conclusões encontradas na literatura aponta que os países mais ricos possuem uma menor volatilidade eleitoral. No estudo de Torcal e Mainwaring, através de uma regressão OLS com a volatilidade média dos países como a variável dependente e o IDH como a única variável independente, esta última foi significativa no nível 0,000 e teve um forte impacto substantivo; cada aumento de 0,100 no IDH levou a uma diminuição esperada de 12,5% na volatilidade eleitoral. O IDH explicou 46,3% da variância da volatilidade. Numa

análise genérica, os dezasseis países com o IDH mais alto ($IDH \geq 0,892$) estão entre os dezoito países com a volatilidade eleitoral mais baixa no estudo de 2005 de Torcal e Mainwaring.

H8: Espera-se que quanto maior o desenvolvimento humano de um país menor a volatilidade eleitoral (Torcal e Mainwaring, 2005)

CAPÍTULO II- METODOLOGIA

2.1 Uma abordagem quantitativa e baseada em dados secundário

Esta dissertação centra-se numa comparação de 28 democracias europeias no período de 1945 a 2012 focada essencialmente nas causas da volatilidade eleitoral. Utiliza-se uma abordagem comparativa de modo a aferir sistematicamente as eventuais diferenças entre as democracias europeias.

Há várias definições de método comparativo, entre as quais a definição de Ragin (1989): o método comparativo distingue-se pela utilização das características das unidades macrosociais enquanto factores explicativos dos fenómenos sociais e políticos. Esta definição parece-nos ser a mais adequada pois supera as limitações de outras definições e demonstra por si só a importância do método comparativo em ciência política.

O presente trabalho baseia-se em dados primários (calculados e formulados pela própria) mas sobretudo em dados secundários¹⁵ de diferentes proveniências e natureza compilados numa única base de dados em SPSS com o propósito de testar as hipóteses enunciadas. Neste caso trata-se, por um lado, de dados agregados/sociológicos produzidos por investigadores e por outro lado de dados estatísticos produzidos por instituições europeias e mundiais, o EUROSTAT e o PNUD.

A utilização de dados secundários fornece enormes vantagens nesta dissertação, como a economia de tempo e dinheiro necessários para recolher os dados (Gauthier e Turgeon, 2003; Quivy, 2005), para além que se beneficiará do trabalho de profissionais de mais alto nível (Babbie, 1996).

Contudo, reconhece-se algumas limitações. Estes dados provêm de um número limitado de fontes o que pode levar a uma certa homogeneização das estratégias de investigação, medidas e procedimentos, provocando assim enviesamentos. E reconhece-se também a existência de problemas ao nível da adequação dos dados às exigências da investigação (Gauthier e Turgeon, 2003). Conseguiu-se contornar este problema e encontrar a maioria dos dados necessários, sempre de fontes credíveis e quase sempre ajustados às necessidades quer ao nível do espaço temporal como dos casos analisados.

¹⁵ Denominam-se dados secundários os elementos informativos reunidos para outros fins que não aqueles para os quais os dados tinham sido recolhidos inicialmente. Estes dados normalmente servem de substrato a outras investigações (Gauthier e Turgeon, 2003).

2.2 Categorias fundamentais na análise comparada

Há cinco categorias fundamentais na análise comparativa que se impõe definir antes de passarmos à caracterização dos dados secundários utilizados nesta investigação. São elas os casos, as unidades e os níveis de análise, as variáveis e as observações (Landman, 2003).

Os casos referem-se aos países que usamos na análise comparativa, os quais devem ser multiplicados pelo número de eleições sobre as quais a análise incide quando se recorre a uma perspectiva longitudinal. No estudo aqui desenvolvido utilizam-se 28 países, valor que tem de ser multiplicado pelo número de eleições legislativas democráticas desde 1945 até 2012. No caso dos países pós-comunistas, o número de casos é relativamente menor, pois a democratização efectuou-se nos anos 90, mas, regra geral o número de casos é bastante razoável (343 casos na totalidade).

Numa investigação de natureza comparativa, o total de observações é o produto do número de países (N) vezes o número de anos, neste caso o número de eleições legislativas no tempo. No total são 343 casos (observações),¹⁶ situando assim a análise num tipo de método comparativo de muitos países (> 50 ocorrências) e um nível alto de abstracção conceptual (Landman, 2003).

Em termos de unidades de análise, ou seja, em matéria dos objectos em relação aos quais são recolhidos os dados (indivíduos, países, partidos), utilizámos fundamentalmente uma: informações sobre os países (estrutura de clivagens, performance económica entre outros). Daqui decorre o nível de análise fundamental – nível sistémico (isto é entre países e unidades macropolíticas, como o sistema partidário) que procura explicar as diferenças entre países em matéria de volatilidade eleitoral e nas várias determinantes consideradas.

As variáveis são os atributos cujos valores (ou categorias) variam entre as diferentes unidades de análise. Nesta matéria apenas temos variáveis que medem características das unidades macropolíticas.

2.3 Tipos de método comparativo

Existem várias classificações possíveis dos tipos de abordagem comparativa. Uma delas tem em conta a lógica metodológica, entre estratégias centradas nos casos ou nas variáveis (Ragin, 1989) ou tendo em conta o número de observações utilizadas e o *rationale* da comparação (Pelassy, 1990; Landman, 2003).

A classificação de Charles Ragin distingue perspectivas metodológicas centradas nos casos (case-oriented) ou nas variáveis (variable-oriented). A estratégia centrada nos casos emerge claramente de um dos objectivos centrais nas ciências sociais comparadas – “[...] *to explain and interpret the diverse experiences of societies, nations, cultures, and other significant macrosocial units.*” (Ragin, 1989:53). Nesta abordagem, a teoria é usada como auxílio à interpretação das configurações históricas concretas e como ajuda para a identificação de factores causais.

¹⁶ Tal como alerta Landman (2003) é preciso não confundir a utilização do N aquando a realização de um estudo comparativo, uma vez que também pode referir-se ao número total de observações. Neste estudo quando mencionarmos N, será para indicar o total de observações.

A estratégia centrada nas variáveis dá mais centralidade à teoria, “[...] usually tests hypotheses derived from theory.” (Ragin, 1989:55). Esta abordagem é naturalmente associada a maiores conjuntos de casos e a análises quantitativas e dá mais projecção às variáveis, pondo assim em relevo a generalização sobre a complexidade.

A classificação de Landman (2003) tem em conta não só o número de ocorrências mas também o nível de abstracção conceptual. Desta forma, a análise aqui apresentada é abstracta e centrada em muitas observações: 3430 observações/ocorrências, ou seja 343 eleições no conjunto de 28 países entre 1945 a 2012.

Uma das principais vantagens deste método de comparação inclui a sua capacidade de recorrer ao controlo estatístico para descartar explicações rivais e controlar factores “confusos” na análise. É também vantajoso pois possibilita uma extensa cobertura de países ao longo do tempo e do espaço, pela sua capacidade de produzir inferências para outros casos fora da análise, pela sua capacidade de identificar os chamados países “desviantes” (*outliers*) que não têm os resultados esperados a partir da teoria que está a ser testada.

As principais desvantagens deste método de comparação incluem a falta de interpretação em profundidade, uma vez que não é possível analisar caso a caso. E a limitada disponibilidade de dados para muitos países e muitas vezes para os períodos em análise. A última desvantagem esteve patente na nossa investigação, sobretudo pelos dados de volatilidade eleitoral disponíveis., como desenvolvemos na secção seguinte.

2.4 Casos e Lapso temporal

Procurou-se escolher como ponto de partida o ano de 1945 para a análise, ou seja, o período pós 2º Guerra Mundial. Para os países que estiveram envolvidos na guerra, considerou-se o cálculo da volatilidade a partir da 2º eleição legislativa após a guerra, à semelhança de Dassonville e Hooghe (2011), pois desta forma não se analisa as dinâmicas da volatilidade em momentos e eventos perturbadores nas sociedades, mas apenas dentro de um ambiente e contexto democrático estável. A mesma abordagem é adoptada para as democracias mais recentes incluídas, o índice de volatilidade líquida é calculado a partir da 2º eleição após a democratização (inclusive).

No total dos 28 Estados-membros, analisam-se 343 eleições legislativas. Neste leque o mínimo de eleições analisadas por país é 5 e o máximo é 20.

Quadro nº 2.1- Países incluídos na análise, lapso temporal democrático em análise e eleições legislativas incluídas

Países	Lapso temporal	Nº de eleições incluídas
Alemanha*	1953-2009	16
Áustria	1949-2008	19
Bélgica	1950-2010	20
Bulgária*	1991-2009	6
Croácia**	1995-2011	5
Chipre*	1970-2011	9
Dinamarca	1947-2011	25
Eslováquia	1992-2012	7
Eslovénia	1992-2011	6
Espanha	1979-2011	10
Estónia*	1995-2011	5
França	1946-2012	18
Finlândia	1948-2011	18
Grécia*	1977-2012	14
Hungria*	1994-2010	5
Irlanda	1948-2011	19
Itália	1948-2008	16
Letónia*	1995-2011	6
Lituânia*	1996-2008	4
Luxemburgo*	1950-2009	13
Malta*	1947-2008	16
Holanda	1948-2010	19
Polónia*	1993-2011	6
Portugal*	1976-2011	13
Reino Unido	1950-2010	17
República Checa*	1992-2010	6
Roménia*	1992-2008	5
Suécia	1948-2010	20
UE 28	1945-2012	343

Nota: * Países que não foram incluídos na amostra de Bartolini e Mair (1990), no caso da Alemanha apenas foi considerada a Alemanha Ocidental, ou seja entre 1953 a 1990. ** Países que não foram incluídos na amostra de Bartolini e Mair (1990) e Hooghe e Dassonville (2011)

CAPÍTULO III – RESULTADOS: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Este capítulo está dividido em 4 partes diferentes mas complementares. Numa primeira parte é feito uma análise descritiva global da volatilidade na União Europeia tendo em conta a sua variação no tempo e no espaço (ponto 3.1). De seguida privilegiam-se duas análises descritivas em profundidade: primeiro, no ponto 3.2, para compreender a variação espacial dos três tipos de volatilidade eleitoral existentes na União Europeia. Uma análise por regiões, seguindo critérios históricos, geopolíticos e geográficos permitirá uma análise consistente sobre as diferenças e/ou semelhanças entre regiões. Em segundo lugar, no ponto 3.3, realiza-se uma análise descritiva agora centrada sobretudo na questão temporal, de modo a compreender a evolução dos três tipos de volatilidade por décadas. E por fim, no ponto 3.4, realiza-se uma

análise explicativa e multivariada para testar de forma sistemáticas as 8 hipóteses formulados e assim compreender o que explica a volatilidade eleitoral na União Europeia.

3.1 A volatilidade na União Europeia (variação no tempo e no espaço)

Como referido antes, entre os 28 estados-membros actuais pode-se contabilizar 343 eleições legislativas analisadas nesta dissertação. Desta forma privilegiou-se uma análise descritiva da volatilidade por lapsos temporais, de modo a agrupar o vasto manancial de dados longitudinais. Desta forma, agrupou-se as eleições em análise em três grupos: eleições decorridas até 1970, as eleições entre 1971 a 1990 e por fim as eleições entre 1991 a 2012.

Quadro nº 3.1 - Média de volatilidade eleitoral líquida nas eleições legislativas por períodos

	<i>Eleições até 1970</i>	<i>Dif.</i> ↔	<i>Eleições entre 1971 a 1990</i>	<i>Dif.</i> ↔	<i>Eleições entre 1991 a 2012</i>
Alemanha*	10,96	-4,24	6,72	+2,48	9,20
Áustria	5,40	-1,18	4,22	+8,99	13,21
Bélgica	9,91	-1,77	8,14	+5,38	13,52
Bulgária*					46,30
Croácia**					24,63
Chipre*			19,83	-12,26	7,57
Dinamarca	7,53	+5,43	12,96	-2,66	10,34
Eslováquia					21,26
Eslovénia					28,54
Espanha			19,99	-9,45	10,54
Estónia*					23,78
França	15,66	-0,47	15,19	+4,60	19,79
Finlândia	6,75	+0,06	6,81	+3,75	10,56
Grécia*			12,33	+0,16	12,49
Hungria*					19,38
Irlanda	14,37	-4,01	10,36	+9,15	19,51
Itália	9,80	-2,35	7,45	+9,52	16,97
Letónia*					37,90
Lituânia*					41,33
Luxemburgo*	9,11	+4,53	13,64	-6,23	7,41
Malta*	18,19	-15,27	2,92	-0,16	2,76
Países Baixos	7,22	+3,22	10,44	+11,29	21,73
Polónia*					24,62
Portugal*			13,93	-2,66	11,27
Reino Unido	4,84	+1,92	6,76	+1,05	7,81
República Checa*					21,26
Roménia*					31,71
Suécia	5,43	+1,60	7,03	+6,92	13,95
Total Dif.		-12,53		+29,87	

Nota 1: *países que não foram incluídos na amostra de Bartolini e Mair (1990), no caso da Alemanha apenas foi considerada a Alemanha Ocidental, ou seja entre 1953 a 1990. ** Países que não foram incluídos na amostra de Bartolini e Mair (1990) e Hooghe e Dassonville (2011).

Nota 2: "Dif." significa a diferença entre o valor médio registado entre um período de tempo e o valor médio registado no período imediatamente seguinte. "total Dif." Significa o total de diferenças existentes entre dois períodos consecutivos nos 28 países.

Dos dados observam-se várias tendências, iremos agrupá-las pelos lapsos temporais considerados:

a) Até 1970 e 1971-1990:

Nos países em que a democracia se instalou antes ou imediatamente após à 2ª guerra mundial (13 países), na sua maioria a volatilidade é relativamente alta no período de 1945 – 1970, ou seja, o período de instauração e consolidação da democracia. E como seria de esperar, verifica-se uma diminuição da volatilidade nesses casos no período 1970- 1990, em que a socialização em democracia é maior. Este fenómeno encontra-se sobretudo em Malta, seguida à distância da Alemanha, Irlanda e os Países Baixos. O contrário apenas acontece em 5 países: Reino Unido, Países Baixos, Luxemburgo, Finlândia e Dinamarca. Contudo, apesar da volatilidade ter aumentado em termos médios nestes países de um período para o outro, estes acréscimos foram muito pequenos.

Olhando para os resultados gerais, a diferença total entre os aumentos e decréscimos registados na volatilidade eleitoral média entre estes dois períodos é negativa (-12,53), isto quer dizer que se encontra sobretudo um fenómeno de decréscimo da volatilidade ao longo do período de análise mencionado.

b) Entre 1971-1990 e 1991-2012

Analisando em primeiro lugar os valores de volatilidade média entre as eleições decorridas entre 1971 e 1990, observa-se um maior número de casos em análise, pois estão incluídos os países que se democratizaram na década de 70, como Portugal, Espanha, Chipre, Grécia. Nestes países, após a sua democratização a volatilidade média verificada é sempre alta. A maioria destes países sofreu uma diminuição da volatilidade média entre 1971-1990 a 1991-2012. Tal como já tinha acontecido com os países que se democratizaram antes ou imediatamente após a 2ª guerra mundial. Este fenómeno vai de acordo com o esperado, quanto menor o período de experiência democrática (“as novas democracias”) maior a volatilidade eleitoral (Lane e Ersson, 2007). A exceção a este padrão a salientar é a Grécia, cujo aumento foi muito reduzido, mas mesmo assim contrasta com o fenómeno de diminuição da volatilidade eleitoral encontrado nos restantes países.

Nas democracias estabelecidas e consolidadas a tendência maioritária é o crescimento dos níveis da volatilidade após os anos 90, como acontece com a Alemanha, Áustria, Bélgica, França e Itália. É interessante observar que este fenómeno contraria o argumento que uma maior longevidade da democracia diminui a volatilidade eleitoral (Lane e Ersson, 2007). Talvez outros factores económicos, associados às crises que se evidenciaram na Europa na década 2000, possam, posteriormente nesta análise, elucidar o padrão encontrado.

Olhando para o diferencial entre 1970-1990 e 1991-2012, o padrão parece ser completamente diferente ao diferencial do período anterior. Isto é, a diferença total entre os

aumentos e decréscimos registados entre o intervalo de 1971 a 1990 e o intervalo de 1991 a 2012 é positiva (+29,87). Esta diferença significa que, entre estes dois intervalos houve um aumento da volatilidade na maioria dos países analisados.

c) Entre 1991 a 2012

Este lapso temporal reúne o maior número de casos. Estão incluídos os países da Europa de Leste que se democratizaram no início ou durante década de 90: Eslováquia, Eslovénia, Letónia, Lituânia, Bulgária, Polónia e República Checa. Para estes países não é possível estabelecer comparação entre os diferentes lapsos temporais.

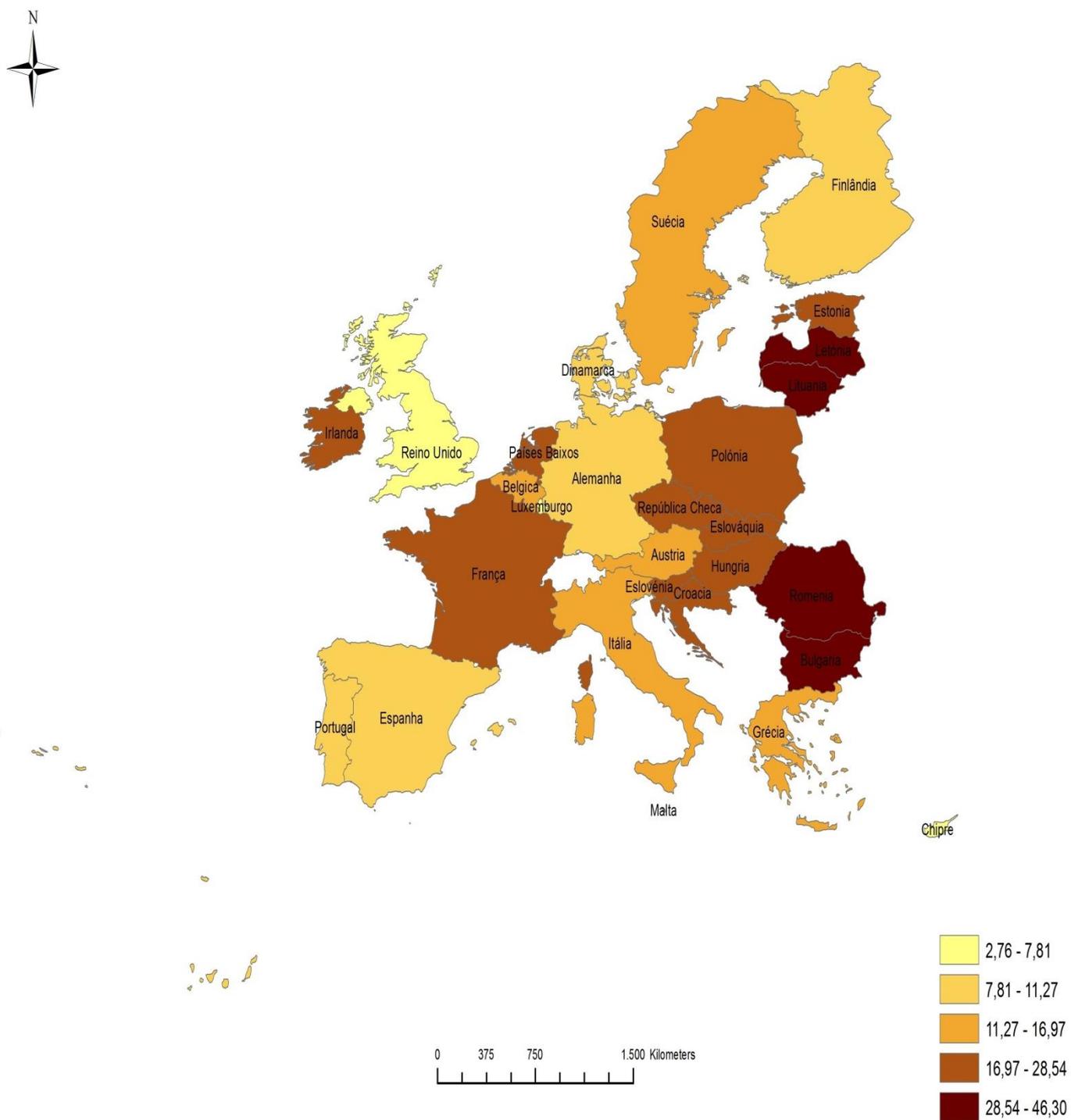
Focando a análise no mapa da volatilidade total média entre o período considerado é possível destacar 5 grupos de países. O mais volátil, corresponde quase na totalidade aos países que se democratizaram tardiamente. Bulgária, Lituânia, Letónia e Roménia ocupam as posições de liderança e constituem o grupo europeu mais volátil nos últimos anos. Os valores médios de volatilidade, registados para estes países, são superiores a 20,0 scores de volatilidade.

De seguida, o segundo grupo mais volátil compreende países muito heterogéneos. Desde países pós-comunistas a democracias consolidadas: Eslovénia, Croácia, Polónia, Estónia, Países Baixos, Eslováquia, República Checa, França, Irlanda, Hungria e Itália.

O terceiro grupo a destacar inclui a Suécia, a Bélgica, a Áustria e a Grécia, com valores médios que variam entre 13,95 a 12,49. Por fim, os dois últimos grupos constituem os países europeus menos voláteis nos últimos anos. Portugal, Finlândia, Espanha, Dinamarca e Alemanha fazem parte do 2º grupo menos volátil. Mas os países menos voláteis nos últimos anos na União Europeia são o Reino Unido, o Chipre, Luxemburgo, com valores médios muito próximos entre si. O menos volátil de todos é Malta que se destaca dos restantes, pois apresenta um valor médio de volatilidade total de 2,76.

Tendo em conta uma das hipóteses desta dissertação é que quanto menor o período de experiência democrática ("as novas democracias") maior a volatilidade eleitoral (Lane e Ersson, 2007), estes dados parecem mostrar esse efeito, que se verifica acentuadamente na Europa do Leste, onde os valores de volatilidade logo após a adesão ao regime democrático são bastante elevados. Esta hipótese será confirmada por via de análises multivariadas no decorrer deste capítulo. Antes é necessário perceber melhor a natureza da volatilidade presente na EU, diferenciado a volatilidade total da volatilidade Tipo A, causada pela entrada e saída de partidos entre eleições, e da volatilidade Tipo B, ocorrida quando os eleitores mudam os seus votos entre os partidos existentes.

Figura nº 3.1- Volatilidade Eleitoral total entre 1991 a 2012 (valores médios)



Fonte: Baseado em dados disponibilizados por Svante Ersson. Formulação da Própria, com recurso ao software ArcGis.

3.2 Tipos de Volatilidade e variação espacial

A União Europeia agrupa 28 estados-membros, que ao longo do tempo formaram diferentes configurações em termos de volatilidade eleitoral registada. Por esta razão, agrupou-se os 28 Estados-membros em 4 clusters, tendo como base critérios geográficos, geopolíticos e históricos¹⁷.

Quadro nº3.2 – Tipos de volatilidade e as suas variações na Europa (valores médios)

Década	Volatilidade Total Líquida (média)	Tipo A (oferta)	Tipo B (procura)	N
Europa do Norte	9,34	1,95	7,00	96
Europa Ocidental	11,12	2,67	7,02	105
Europa Central e Oriental	28,30	8,86	16,17	55
Europa do Sul	12,02	2,72	8,07	78
Total	13,95	3,62	8,90	344

Fonte: Dados de Svante Ersson (2012).

A análise do quadro nº 3.2 indica que nos três tipos de volatilidade, há um grupo de países que se destaca pela maior volatilidade eleitoral média registada: a Europa Central e Oriental. A volatilidade total líquida média neste grupo é superior ao dobro da volatilidade média registada em qualquer dos restantes grupos.

Se observarmos os dois indicadores específicos de volatilidade (Tipo A -oferta e Tipo B-procura), verifica-se que a volatilidade ao nível da procura (eleitores) expressa exactamente as diferenças encontradas entre regiões europeias na volatilidade total. Em segundo lugar comparando o tipo A e B, também se verifica que em todas as regiões a volatilidade causada pela procura (tipo B) é maior que a volatilidade causada pela oferta do sistema de partidos. Este dado fornece uma perspectiva interessante sobre a natureza da volatilidade nos países europeus, pois indica que a volatilidade existente ocorre maioritariamente devido à volatilidade ocorrida entre os eleitores, quando estes mudam os seus votos entre os partidos existentes, o que está associado a uma componente saudável da democracia representativa, enquanto o tipo A [...] *is much more closely associated with party system instability, and can pose very different challenges and problems for anyone trying to interact with political actors than Type B Volatility* (Powell e Tucker, 2014:2).

¹⁷ Segunda esta divisão, a Europa Ocidental é constituída pela Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda e Luxemburgo. A Europa Central e Oriental: Bulgária, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia e Eslováquia, Eslovénia, Croácia, Letónia, Lituânia e Estónia. A Europa do Sul: Malta, Itália, Grécia, Portugal, Espanha e Chipre. E por fim a Europa do Norte: Dinamarca, Suécia, Irlanda, Reino Unido, Finlândia.

É na Europa central e oriental que se verifica uma maior volatilidade de tipo A (média =8,86). Observa-se que 1/3 da volatilidade na Europa central e oriental é causada pela oferta partidária, ou seja, pela instabilidade do sistema partidário, consequência da entrada e saída de partidos no sistema partidário.

Este dado não é surpreendente, uma vez que a investigação de Powell e Tucker (2012), aos países pós comunistas (a antiga União Soviética, antiga Jugoslávia e antiga Checoslováquia), indicava que 3/4 volatilidade total nos países pós-comunistas é de facto volatilidade tipo A. Contudo, este resultado tão elevado contrasta com os dados encontrados nesta dissertação, que apontam em média para 1/3 da volatilidade na Europa central e oriental seja causada pela oferta partidária. Este facto deve-se à diferença da amostra de países incluídos no estudo de Powell e Tucker, uma vez que incluíam muitos mais países pós comunistas, nomeadamente 21.

Também os resultados de Rose e Munro (2003) indicavam que [...] *supply-side changes in parties are the primary cause of electoral volatility.*”, ou seja a as mudanças na oferta disponível de partidos candidatos às eleições legislativas (volatilidade tipo A neste caso) têm um impacto muito forte na volatilidade total. O impacto da volatilidade tipo A (“supply-side changes”) foi encontrado sobretudo na Roménia, Lituânia, Letónia, Eslováquia, República Checa, Polónia, Eslovénia, Estónia e Bulgária, nos quais a volatilidade é maioritariamente devido às mudanças na oferta disponível de partidos candidatos às eleições legislativos.

A análise dos autores terminou em 2003, pelo que é expectável que tenha encontrado valores tão altos na volatilidade tipo A, por duas razões: 1) a análise incidiu sobre o período imediatamente após a transição democrática, e sabe-se que é expectável encontrar maiores níveis de volatilidade nas democracias recentemente estabelecidas (Birch, 2003; Lane e Ersson, 2007; Sarah Shair-Rosenfield, 2007); 2) o período seguinte ao colapso do comunismo foi caracterizado pela entrada e saída de muitos partidos da competição eleitoral (Powell e Tucker, 2012).

3.3 Tipos de Volatilidade e variação no tempo

A análise anterior permitiu apenas escrutinar diferenças no espaço europeu. Mas devido à amplitude histórica dos dados analisados, é também importante analisar as diferenças entre décadas.

Quadro nº 3.3 – Tipos de volatilidade eleitoral e as suas variações no tempo (valores médios)

	União Europeia - 28			1º vaga de Países – pós 1945			2º vaga de Países – pós 1970			3º vaga de Países- pós 1990		
	Vol.	Tipo A	Tipo B	Vol. Total	Tipo A	Tipo B	Vol.	Tipo A	Tipo B	Vol.	Tipo A	Tipo B
	Total	(oferta)	(procura)		(oferta)	(procura)	Total	(oferta)	(procura)	Total	(oferta)	(procura)
1940	13,28	4,88	7,86	13,28	4,88	7,86	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1950	9,43	2,47	6,28	9,43	1,95	6,91	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1960	8,72	2,36	5,76	8,72	2,09	6,16	-----	-----	-----	-----	-----	-----
1970	10,21	2,91	6,42	8,76	1,96	6,29	20,09	7,17	10,73	-----	-----	-----
1980	10,42	2,36	6,92	8,87	2,17	6,06	14,83	2,58	10,46	-----	-----	-----
1990	17,10	4,34	10,63	12,21	2,75	8,47	9,08	1,30	6,12	28,03	7,96	16,26
2000	17,36	4,75	11,61	12,59	2,04	9,23	8,52	0,84	6,62	29,12	9,16	16,82
2010	21,81	4,30	14,44	17,95	2,38	14,45	18,08	2,59	13,76	26,76	9,30	14,77
MÉDIA	13,54	3,54	8,74	11,47	2,52	8,17	14,12	2,89	9,53	27,97	8,80	15,95

Nota: A 1º vaga de países, compreende os países que se democratizaram após 1945. A 2º vaga compreende os países que se democratizaram após 1970 e a 3º vaga compreende os países que se democratizaram após 1990.

Numa primeira análise, verifica-se a mesma tendência encontrada na análise anterior: a volatilidade tipo B é sempre maior que a volatilidade tipo A. Nomeadamente é sempre mais de 60% da volatilidade eleitoral total, o que para Powel e Tucker, evidencia uma componente bastante saudável das democracias europeias. Com exceção da 3ª vaga de países, ou seja, os países cujas primeiras eleições democráticas decorreram no início da década de 90, onde a volatilidade tipo A, causada pela instabilidade do sistema partidário representa em média 30% da volatilidade total. Em investigações anteriores, Richard Rose e Neil Munro (2003), constataram que este fenómeno representava 60% da volatilidade eleitoral nos países pós comunistas, entre 1990 a 2003.

No conjunto dos 28 estados-membros, parece haver três fenómenos opostos ao longo do tempo: num primeiro momento, o decréscimo da volatilidade eleitoral a partir da década de 50 até e inclusive a década de 60; num segundo momento, a estagnação ocorrida entre a década de 70 e 80, onde não se registam grandes alterações, apesar do acréscimo na volatilidade eleitoral face às décadas anteriores; e por fim, num terceiro momento observa-se o acréscimo gradual de volatilidade eleitoral a partir da década de 90 até à década de 2010, onde se regista os valores mais altos de volatilidade eleitoral até ao momento. Estas três tendências perpassam todos os tipos de volatilidade ao longo do tempo.

Os três fenómenos observados de decréscimo nas primeiras décadas, estagnação no período subsequente e crescimento nas décadas mais recentes ocorrem também nos países da 1ª vaga e da 2ª vaga. Com exceção da 3ª vaga, cujos valores são muito altos e semelhantes entre si nas três décadas de análise, não sobressaindo nenhum padrão claro da análise. Embora se verifique um ligeiro decréscimo entre 2000 e a década de 2010, sobretudo pela diminuição de volatilidade tipo B, ou seja, parece que a volatilidade baixou recentemente porque os eleitores tornaram-se ligeiramente mais estáveis nas suas escolhas eleitorais entre os partidos existentes nos países pós-comunistas.

Observa-se também a ocorrência de picos de volatilidade na generalidade dos países sempre após o período de transição democrática, mas que estão a ser ultrapassados pelos valores consideravelmente altos de volatilidade eleitoral registado nas últimas décadas, que se deve sobretudo a mudanças dos eleitores entre os partidos existentes e não à instabilidade dos sistemas partidários. Este fenómeno é recente e tem sido por vezes explicado como consequência da crise dos partidos na Europa: *“The age of party democracy has passed. Although the parties themselves remain, they have become so disconnected from the wider society, and pursue a form of competition that is so lacking in meaning, that they no longer seem capable of sustaining democracy in its present form.”* (Mair, 2013:5).

É importante compreender em profundidade estes fenómenos e compreender quais são as determinantes, as causas da volatilidade eleitoral na União Europeia. Para tal é necessário testar as hipóteses formuladas.

3.4 Determinantes da Volatilidade Eleitoral Total na União Europeia

Para testar sistematicamente as 8 hipóteses e perceber quais as determinantes da volatilidade eleitoral na União Europeia realizou-se regressões lineares múltiplas com erros estandardizados robustos a nível dos, que neste caso são os países. Dado que não conseguimos garantir a independências das observações entre cada país, a opção metodológica mais correcta a efectuar foi a análise de regressão linear múltipla por clusters (Rogers, 1993) à semelhança do estudo de Powel e Tucker (2012) e Dassonville e Hooghe (2011)¹⁸ Esta análise foi realizada com o auxílio do Software STATA, após a criação da base de dados em SPSS.

Quadro nº 3.4 – Determinantes da volatilidade eleitoral total

(Regressão Linear Múltipla com Clusters)

Variáveis Independentes	Volatilidade Eleitoral Total	
	Coeficiente de Correlação	
<i>Dimensão Eleitoral</i>		
Grau de desproporcionalidade		0,0889
Número de anos entre eleições		0,0215
Taxa de variação da Participação Eleitoral		0,0106
<i>Dimensão Partidária</i>		
Número efectivo de partidos eleitorais (NEPE)		-0,0260
<i>Dimensão Política</i>		
Longevidade da democracia		-0,2554^{***}
<i>Dimensão Socioeconómica</i>		
Taxa de crescimento real do PIB (ano anterior)		-0,0453^{**}
Taxa desemprego (%)		-0,0171
Índice Desenvolvimento Humano		-0,0421^{**}
Índice GINI		-0,0928^{***}
Fracionalização étnica		3,4848
Fracionalização religiosa		-3,4588
	R²	0,3866^{***}
	F(12, 27)	11,88
	N	343

Erros estandardizados agrupados por país

*p<0,1 **p<0,05 ***p<0,01

Fonte: Dados secundários e primários.

¹⁸ A regressão linear múltipla comum assume que os resíduos são independentes entre si. Contudo nesta amostra, as 343 eleições analisadas podem ser agrupadas em 28 clusters, uma vez que as eleições de um país não são independentes entre si. Desta forma, é necessário indicar que as observações estão agrupadas em países (com base na variável País) e que as observações podem ser correlacionadas no interior de cada país, mas são independentes entre países. Esta opção agrupou em clusters os erros estandardizados robustos.

O quadro nº 3.4 demonstra que 38,66% da variação de volatilidade eleitoral na União Europeia é explicada pelo modelo linear considerado (estatisticamente significativo; $F(12,27)=111,88$ $p<0,001$).

Apesar de algumas variáveis independentes incluídas não se mostraram bons preditores da variação de volatilidade total na UE, algumas são estatisticamente significativas:

1. Longevidade da Democracia
2. Taxa de crescimento real do PIB
3. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
4. Índice de GINI

A dimensão política e socioeconómica mostram-se bons preditores da volatilidade eleitoral total na União Europeia.

Na dimensão política, observa-se que quando a longevidade da democracia aumenta uma unidade, ocorre uma diminuição de 0,2554 na volatilidade total, ou seja, quanto maior a longevidade democrática de um país, menor será a sua volatilidade eleitoral. Este resultado confirma a hipótese 5 formulada com base nos argumentos e evidências empíricas de Lane e Ersson (2007). Esta variável não tem sido frequentemente estudada no âmbito das determinantes da volatilidade eleitoral. Este resultado vem acrescentar mais evidências empíricas que comprovam que na União Europeia, as democracias consolidadas apresentam valores mais baixos de volatilidade.

Quanto à dimensão socioeconómica analisada, vários indicadores mostraram-se estatisticamente significativos e os resultados confirmam todas as hipóteses. Ao nível da performance económica, observa-se que quando a taxa de crescimento real do PIB aumenta uma unidade, ocorre uma diminuição de 0,0453 nos valores de volatilidade eleitoral total, ou seja, quanto maior o crescimento real do PIB no ano anterior à eleição, menor será a volatilidade eleitoral registada na futura eleição. Este resultado confirma a teoria do voto económico e a expectativa traçada na hipótese 6, que quanto melhor a performance económica de um país no período antecedente à escolha eleitoral dos eleitores, mais baixa é a volatilidade eleitoral registada (Roberts e Wiibbels, 1999; Tavits, 2005).

Ao nível do impacto das clivagens sociais estruturadas na sociedade, verifica-se que quando o índice de Gini aumenta uma unidade, ocorre uma diminuição de 0,0928 nos valores de volatilidade eleitoral. Uma vez que o índice de GINI varia entre 0 e 100, e os valores mais altos representam uma maior desigualdade de rendimentos e oportunidades e nesta dissertação este índice é um indicador *proxy* das clivagens sociais entre indivíduos no que toca

aos rendimentos auferidos pelas famílias, conclui-se que em sociedades mais desiguais existe uma menor volatilidade eleitoral. Confirma-se assim parcialmente a hipótese 7, que defende que os partidos estão profundamente enraizados em questões como a religião, classe, etnia e outras formas de clivagens, o que por sua vez leva a que os interesses de cada grupo seja facilmente traduzido no sistema partidário, gerando assim fortes lealdades junto dos eleitores respectivos, contribuindo para uma maior estabilidade eleitoral e resultando em menor volatilidade eleitoral entre eleitores (Bartolini e Mair, 1990, Tucker, 2002, Heath, 2005 e Tavits, 2005).

A análise realizada contemplava três indicadores de fracionalização/polarização, de modo a medir as diferentes clivagens existentes nas sociedades. Apesar de se confirmar a hipótese enunciada, é preciso também mencionar que os restantes indicadores, fracionalização étnica e religiosa não são preditores estaticamente significativos da variação de volatilidade na União Europeia.

Por fim, também se confirma a hipótese 8, uma vez que quando o índice de desenvolvimento humano aumenta uma unidade, ocorre uma diminuição de 0,0421 nos valores de volatilidade eleitoral. Por outras palavras, conclui-se que os países europeus mais ricos possuem menor volatilidade eleitoral. Como se observa pelo quadro nº 6, existe uma relação entre as duas variáveis, os países com elevados índices de desenvolvimento humano ($\geq 0,802$) como o Reino Unido, a Finlândia, a Suécia, a Alemanha ou a Bélgica estão entre os países com a volatilidade eleitoral mais baixa. Contudo esta relação não é tão forte e visível como aquela encontrada no estudo de Torcal e Mainwaring (2005), uma vez que a amostra dos autores compreendia países muito diferentes entre si, países do norte da América altamente desenvolvidos e também países da América Latina, onde os níveis de IDH são muito baixos quando comparados com os países europeus e o norte da América.

Quadro nº 3.5 - Volatilidade Eleitoral total e IDH

	Volatilidade Eleitoral Total (média)	IDH (média)
Reino Unido	6,28	,809
Áustria	7,49	,794
Finlândia	8,04	,811
Suécia	8,47	,827
Alemanha	8,82	,802
Malta	9,55	,741
Luxemburgo	9,98	,801
Bélgica	10,37	,812
Dinamarca	10,38	,825
Itália	11,76	,787
Grécia	12,42	,778
Portugal	12,50	,723
Holanda	12,99	,836
Chipre	13,02	,755
Irlanda	14,25	,792
Espanha	14,32	,782
França	16,67	,795
Eslováquia	21,26	,783
Hungria	22,85	,759
República Checa	23,26	,799
Polónia	24,62	,776
Croácia	24,64	,744
Estónia	25,82	,779
Eslovénia	28,54	,821
Roménia	31,71	,720
Letónia	34,90	,760
Bulgária	36,75	,714
Lituânia	41,33	,770

Fonte: Baseado em dados de Svante Ersson (2012) e PNUD.

3.5 Determinantes da Volatilidade tipo A e Tipo B na União Europeia

A análise anterior permitiu testar a adequabilidade do modelo de variáveis independentes na explicação da variação da volatilidade eleitoral total na União Europeia. A literatura pouco ou nada nos diz como se comporta este modelo teórico na explicação de indicadores mais específicos de volatilidade, como o tipo A e o tipo B de volatilidade. Contudo testou-se este modelo de modo a compreender em que medida pode ser aplicado a estes indicadores. A expectativa, é que o modelo explique melhor as variações do tipo B (procura) do que as variações ocorridas pela oferta de partidos (tipo A). Uma vez que os dois indicadores medem diferentes partes do fenómeno, uma diz respeito à oferta, ou seja, a mudanças no

sistema partidário devido à frequente entrada e saída de partidos, e a outra diz respeito à procura, às mudanças de voto que ocorrem entre os partidos existentes, devido aos eleitores.

Quadro nº 3.6- Determinantes da Volatilidade Eleitoral Tipo A e Tipo B
(Regressão Linear Múltipla com Clusters)

Variáveis Independentes	Volatilidade	Volatilidade
	Eleitoral Tipo A	Eleitoral Tipo B
	Coefficiente de Correlação	Coefficiente de Correlação
<i>Dimensão Eleitoral</i>		
Grau de desproporcionalidade	0,0113	0,0120
Número de anos entre eleições	-0,0115	0,0070
Taxa de Variação da Participação Eleitoral	0,0184	0,0127
<i>Dimensão Partidária</i>		
Número efectivo de partidos eleitorais	0,0413	0,0058
<i>Dimensão Política</i>		
Longevidade da democracia	-0,1045**	-0,1244**
<i>Dimensão Socioeconómica</i>		
Taxa de crescimento real do PIB (ano anterior)	-0,0085	-0,0335**
Taxa desemprego (%)	-0,0182	-0,0024
Índice Desenvolvimento Humano	-0,0052	-0,0267**
Índice GINI	-0,0255**	-0,0541***
Fracionalização étnica	2,8742	-1,1047
Fracionalização religiosa	-2,8714	1,1308
	R² Ajustado	0,1513***
	F(12, 27)	7,00
	N	343
		0,3209***
		10,73
		343

Erros standardizados agrupados por país

*p<0,1 **p<0,05 ***p<0,01

Fonte: Dados secundários e primários.

A expectativa traçada confirma-se, o modelo linear considerado é estatisticamente significativo; $F(12,27)=10,73$ $p<0,001$) e explica 32% da variação da volatilidade eleitoral tipo B (procura). Enquanto, no caso da volatilidade tipo A, o modelo apenas explica 15,13% da variação (estatisticamente significativo; $F(12,27)=7,00$ $p<0,001$).

Em comum, regista-se que a longevidade da democracia e o índice de Gini são ambas estatisticamente significativas na variação da volatilidade tipo A e B. No caso particular da volatilidade causada pela entrada e saída de partidos (tipo A), estas são as únicas variáveis que se mostram bons preditores. E detêm a mesma influência nos três tipos de volatilidade eleitoral: quanto maior a longevidade democrático de um país e o índice de gini registado menor a sua volatilidade eleitoral.

No caso da volatilidade tipo B, é curioso, mas em simultâneo é expectável, que as variáveis independentes estatisticamente significativas são exactamente as mesmas que na regressão linear múltipla realizada na explicação da volatilidade eleitoral total. E todas detêm a mesma influência na volatilidade total e tipo B: maior longevidade democrática, melhor performance económica (maiores taxas de crescimento real do PIB e níveis elevados de IDH) e uma maior fracionalização entre ricos e pobres (índice de Gini) diminuem a volatilidade eleitoral total e tipo B.

As diferenças encontradas entre o tipo A (oferta) e o tipo B (procura) indicam-nos que talvez estejamos a analisar dois fenómenos diferentes e que a aplicação destes indicadores complementares são essenciais para analisar as diferenças entre regiões, sobretudo no estudo dos países pós-comunistas.

NOTAS CONCLUSIVAS

Através de uma análise complexa, multidimensional que contemplou uma vasta amplitude histórica dos dados, diferentes tipos de indicadores de volatilidade e uma análise estatística multivariada procurou-se responder às seguintes questões: **quais os níveis de volatilidade eleitoral na União Europeia e, do ponto de vista agregado, o que explica a volatilidade eleitoral nas 28 democracias europeias entre 1945 até 2012?**

Estudos anteriores chegaram à conclusão que havia diferenças significativas no que toca à volatilidade entre os países do norte e centro da Europa, os países da Europa do Sul e os países do Leste Europeu pós comunistas. Concluíram também que a volatilidade eleitoral é sobretudo maior no grupo de países do Leste Europeu e no grupo de países da Europa do Sul quando comparados com a Europa central e do Norte (Bartolini e Mair, 1990; Dassonnville e Houghe, 2011).

As respostas encontradas neste exercício indicam que os níveis mais altos de volatilidade eleitoral registam-se sobretudo nos países europeus pós-comunistas, ou seja na Europa Oriental, em particular na Bulgária, Lituânia, Letónia e Roménia. Este resultado era expectável tendo em conta a literatura e as evidências empíricas anteriores. A volatilidade eleitoral existente neste grupo de países é causada por mudanças no lado da oferta, ou seja, pela frequente entrada e saída de partidos.

Contudo os resultados também apontam para a existência de níveis consideráveis de volatilidade eleitoral em algumas democracias europeias consolidadas, como os Países Baixos, a França, a Irlanda e a Itália. Porém, neste caso, a explicação não será a mesma, uma vez que a volatilidade eleitoral encontrada deve-se sobretudo à procura, ou seja aos eleitores que mudam de voto entre os partidos existentes. A explicação para estes casos pode passar pelo

fenómeno da “crise” dos partidos, o expressivo afastamento dos indivíduos das instituições políticas e o declínio partidário entre os cidadãos (Curtice, 2002).

Esta análise geográfica mostra que as diferentes regiões europeias possuem diferentes níveis de volatilidade eleitoral, mas a análise no tempo, indica que estas diferenças estão a diminuir com o tempo. Este resultado está de acordo com as evidências empíricas expostas por Dassonville e Hooghe (2012).

Em investigações futuras, através de uma análise multivariada por subamostras, ou seja, entre grupos de países, será possível compreender especificamente quais os factores/determinantes que explicam os diferentes níveis de volatilidade eleitoral encontradas e confirmar as diferenças entre países pós comunistas e as democracias europeias consolidadas.

Em termos longitudinais, o padrão é claro: entre 1945 a 2012, ocorreram períodos de decréscimo da volatilidade eleitoral (1940-1960), seguido de um período de estagnação (1970-1980) e de um período de rápido crescimento (1990-2010).

Por fim, do ponto de vista agregado, o modelo teórico testado através da regressão linear múltipla, com os erros estandardizados robustos agrupadas pelo país, explica sobretudo a volatilidade eleitoral total e o tipo B (procura). Das 4 dimensões explicativas incluídas na análise, duas delas mostraram-se estatisticamente significativas na explicação da variação da volatilidade eleitoral total, tipo A (oferta) e tipo B (procura). O modelo não é tão robusto na explicação da volatilidade tipo A (oferta), mas pode-se afirmar com um elevado nível de confiança que a longevidade da democracia e a existência de clivagens sociais (polarização entre pobres e ricos) explicam a variação da volatilidade eleitoral (total, tipo A e tipo B).

É preciso reflectir se os factores institucionais e estruturais como as características do sistema eleitoral e partidário explicam os fenómenos de volatilidade. Neste exercício a dimensão eleitoral e partidária não explicam a variação da volatilidade eleitoral. Dassonville e Hooghe (2012) já tinham constado que os indicadores eleitorais, como a participação eleitoral e o número de anos entre eleições, não demonstram deter efeito significativo na explicação da volatilidade eleitoral.

Uma limitação a apontar diz respeito ao sentido da volatilidade eleitoral registada. Nesta dissertação, a investigação realizada não permite destrinçar o sentido da volatilidade eleitoral encontrada, ou seja, distinguir entre volatilidade inter-bloco e intrabloco (Bartolini e Mair, 1990). Não é possível compreender a direcção dos fluxos de votos dos eleitores entre eleições, ou seja, saber se os eleitores alteram os seus votos entre o mesmo bloco ideológico ou se alteram radicalmente os seus votos de um bloco ideológico para o outro, por exemplo da esquerda para a direita.

A amplitude histórica dos dados foi sem dúvida uma mais-valia nesta investigação, contudo uma análise desta natureza acarreta algumas limitações. Para os primeiros anos de análise de alguns países, não existem dados correspondente às variáveis independentes consideradas, em particular no caso do índice de Gini e Taxa de Desemprego. Pelo que nestas variáveis, o número de observações é menor que o total de observações para outras variáveis, o que em última instância pode enviesar os resultados obtidos.

Como já foi mencionado, este exercício teve como base dados com uma grande amplitude histórica e longitudinal, que foram tratados através de regressões lineares múltiplas com os erros standardizados robustos agrupados pelo país. Uma opção válida e utilizada em investigações anteriores semelhantes (Dassonville e Hooghe, 2011; Powel e Tucker, 2012). Contudo, outro método também válido e talvez mais adequado estatisticamente a aplicar será a análise de séries temporais (*“time series analysis”*), uma vez que estamos perante um conjunto de “[...] *observations on the values that a variable takes at different times.*” (Gujarati e Porter, 2008).

Em suma, esta investigação contribui modestamente para o estudo longitudinal e comparado da volatilidade eleitoral na Europa. A tendência crescente de volatilidade eleitoral nas últimas eleições legislativas na generalidade dos países é preocupante e é necessário que outras investigações se debrucem sobre esta temática. Foram lançadas algumas pistas empíricas nesta dissertação que podem servir de base para futuras investigações, colmatando algumas das limitações presentes.

BIBLIOGRAFIA

- Alesina, Alberto et al (2003) "Fractionalization", *Journal of economic Growth*, 8, pp. 155-194.
- Babbie, Earl (1995) "Tercera Parte. Formas de observación" em Earl Babbie *Manual para la práctica da la investigación social* (trd), Bilbao, Editorial Desclée de Brouwer.
- Bakke, Elisabeth e Nick Sitter (2005) "Party Competition and Strategy in Central Europe since 1990", *Party Politics*, 11/02, pp. 243-263.
- Bartolini, Stefano e Peter Mair (1990), *Identity, Competition, and Electoral Availability: The Stabilization of European Electorates 1885-1985*, Cambridge, Cambridge University.
- Birch, Sarah (2003), *Electoral Systems and Political Transformation in Post-Communist Europe*, Basingstoke, Palgrave MacMillan.
- Birner, J. K. (2006) *Ethnicity and Electoral Politics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Crewe, Ivor e David Denver (1985), *Electoral Change in Western Democracies. Patterns and Sources of electoral volatility*, New York, St. Martin's Press.
- Converse, Philip (1969) Of Time and Partisan Stability, *Comparative Political Studies*, 2 pp 139-171.
- Curtice, John (2002) "Survey research and explaining electoral change in Britain", University of Strathclyde, comunicação apresentada na comissão Fulbright "Eleições e Democracia", Lisboa. Disponível aqui: <http://www.ics.ul.pt/ceapp/english/conferences/fulbright/8JCurtice.pdf>
- Dalton, Russell J, David M. Farrell e Ian McAllister (2011), *Political Parties and Political Linkage*, Oxford: Oxford University Press.
- Downs, Anthony (1957) *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row.
- Ersson, Svante (2012) "Electoral volatility in Europe: Assessments and potential explanations for estimate differences" Oxford University, comunicação apresentada na conferência *Elections, Public Opinion and Parties (EPOP)* realizada na Universidade de Oxford, 7-9 setembro de 2012, Oxford.
- Gallagher, Michael (1991) Proportionality, disproportionality and electoral systems, *Electoral Studies* 10 (1) pp. 33-51.
- Gauthier, Benoît e Jean Turgeon (2003) "Capítulo 16. Os dados secundários" em Benoît Gauthier (Org) *Investigação Social. Da problemática à colheita de dados* (trd), Loures, Lusociência, 3ª edição.
- Gujarati, Damodar e Dawn C. Porter (2008) *Basic Econometrics*, New York: McGraw-Hill/Irwin, 5ª edição.
- Hale, H. (2006) *Why Not Parties in Russia? Democracy, Federalism and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hooghe, Marc e Ruth Dassonville (2011), "Mapping Electoral Volatility in Europe. An analysis of trends in electoral volatility in European democracies since 1945", comunicação apresentada *1st European Conference on Comparative Electoral Research*, realizado em Sofia (Bulgaria), 1-3 Dezembro de 2011. Disponível em: http://true-european-voter.eu/sites/default/files/Mapping%20electoral%20volatility_Dassonneville_Hooghe.pdf
- Huntington, S. P. (1968) *Political Order in Changing Societies*. New Haven, CT: Yale University Press

- King, G. (1997), *A Solution to the Ecological Inference Problem: Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*, Princeton, Princeton: Princeton University Press.
- Lane, Jan-Erik e Svante Ersson (2007) "Party System Instability in Europe: Persistent Differences in Volatility between West and East", *Democratization Journal* (online) 14(1), pp. 92-110. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510340601024322#.VBru6cVdX-U>
- Lipset, Martin Seymour e Stein Rokkan (1967) "*Party Systems and Voter Alignment: Cross-National Perspectives*". New York, Free Press.
- Lisi, Marco (2008) "Fidelidade de voto e mobilidade eleitoral em Portugal", em Manuel Villa-Verde Cabral et all (org), *Intenerários. Investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa, ICS
- Landman, Todd (2003) *Issues and Methods in comparative politics. An introduction*. Londres, Routledge.
- Madrid, Raul. (2005) "Ethnic Cleavages and Electoral Volatility in Latin America", *Comparative Politics* (online) 38 (1), pp. 1-20. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20072910>
- Mainwaring, Scott, Annabela Espana e Carlos Gervasoni (2009) "Extra System Electoral Volatility and the Vote Share of Young Parties," comunicação apresentada no *encontro anual da Associação de Ciência Política Canadiana*, realizado a 28 de Maio de 2009.
- Mair, Peter (2013) *Ruling the void – The Hollowing of Western Democracy*, London: Verso.
- Morse, Janice et al (2002) Verification strategies for establishing reliability and validity in qualitative research. *International Journal of Qualitative Methods*, 1(2) pp 1-19. Disponível em: http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/1_2Final/pdf/morseetal.pdf
- Nohlen, Dieter (2007) *Os Sistemas Eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Pedersen, Mogens (1979) "The Dynamics of European Party Systems: Changing Patterns of Electoral Volatility," *European Journal of Political Research*, 7(1) pp. 1-26.
- Powell, Eleanor e Joshua Tucker (2014) "Revisiting Electoral Volatility in Post-Communist Countries: New Data, New Results, and New Approaches". *British Journal of Political Science* (online), 44(1) pp.1-25. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=9090381&fileId=S0007123412000531>
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoud (1998) *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa, Gradiva, 2º edição.
- Ragin, Charles (1989), *The comparative method. Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley, University of California Press.
- Reich, Gary (2004) "The Evolution of New Party Systems: Are Early Elections Exceptional?", *Electoral Studies* (online), 23, pp. 235-250. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379403000386>

- Ricci, Paolo, Paulo Sérgio Peres e Lucio Rennó Júnior (2008), "A variação da volatilidade eleitoral no Brasil: um teste com as explicações económicas, políticas e sociais", comunicação apresentada no VI Encontro da ABCP, entre 29 de Julho a 1 de Agosto, em Campinas.
- Roberts, Kenneth e Erik Wibbels (1999) "Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations," *American Political Science Review* (online), 93(3). Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554%28199909%2993%3A3%3C575%3APSAEVI%3E2.0.CO%3B2-2>
- Rogers, W. H. (1993) Regression standard errors in clustered samples. *Stata Technical Bulletin* 13: 19–23. Reprinted in *Stata Technical Bulletin Reprints* (online), 3, pp. 88–94. Disponível em: <http://www.stata.com/products/stb/journals/stb13.pdf>
- Rosenfield-Shair, Sarah (2008), *Assessing the causes and effects of electoral volatility: party system fragmentation, time, and executive turnover*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, North Carolina, Chapel Hill.
- Rose, Richard e Neil Munro (2003) *Elections and Parties in new European democracies*. Washington: CQ Press.
- Sikk, Allan (2005), "How Unstable? Volatility and the Genuinely New Parties in Eastern Europe", *European Journal of Political Research*, 44(1), pp. 391-412.
- Stoll, Heather (2004) *Social cleavages, political institutions and party systems: Putting preferences back unto the fundamental equation of politics*, tese para obtenção do grau de Doutor do departamento de ciência política da Universidade de Stanford, Estados Unidos da América
- Tavits, Margit (2008), "On the Linkage between Electoral Volatility and Party System Instability in Central and Eastern Europe", *European Journal of Political Research* (online), 47(5), pp. 537-55. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1475-6765.2008.00782.x/abstract>
- Torcal, Mariano e Scott Mainwaring (2005) "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Opinião Pública*, 11 (2), pp. 249-286. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762005000200001&script=sci_arttex

ANEXOS

Anexo A - Dados técnicos da operacionalização

1.1 Volatilidade Eleitoral Total

Para efeitos de operacionalização da Volatilidade Total utilizar-se-á a fórmula original de Perdesen:

$$(1) \quad \text{Volatility} = \frac{\sum_{i=1}^n |p_{it} - p_{i(t+1)}|}{2}$$

Onde n é o número de partidos e pi representa a percentagem de votos recebidos pelo partido quer em períodos de tempo t e t 1 (dois momentos eleitorais consecutivos)

1.2 Volatilidade Tipo A

Em termos de operacionalização, a volatilidade Tipo A volatilidade é medida através da equação original de Powell e Tucker:

$$(2) \quad \text{Type A Volatility} = \frac{|\sum_{o=1}^n p_{ot} + \sum_{w=1}^n p_{w(t+1)}|}{2}$$

Onde 0= aos velhos partidos que desaparecem, ou seja que concorreram apenas a eleição no tempo t, onde w= novos partidos que disputam apenas a eleição no tempo t+1. Em termos de operacionalização, a volatilidade Tipo B volatilidade é medida através da seguinte fórmula:

1.3 Volatilidade Tipo B

Em termos de operacionalização, a volatilidade Tipo B volatilidade é medida através da seguinte fórmula:

$$(3) \quad \text{Type B Volatility} = \frac{\sum_{i=1}^n |p_{it} - p_{i(t+1)}|}{2}, \text{ among all stable parties.}$$

Esta fórmula bastante semelhante à primeira, só contempla os partidos estáveis no seu cálculo, ou seja os partidos que ultrapassam a cláusula barreira nos sistemas políticos onde competem ultrapassam a cláusula barreira nos sistemas políticos onde competem

Assim por definição, conseqüentemente, a soma da volatilidade Tipo A e Tipo B é igual ao índice tradicional de Pedersen tradicional (Equação 1).

(4)

$$\text{Total Volatility} = \frac{\sum_{i=1}^n |p_{it} - p_{i(t+1)}|}{2} = \text{Type A Volatility} + \text{Type B Volatility}$$

1.4 Fragmentação Partidária

Para efeitos de operacionalização da fragmentação partidária utilizar-se-á o índice do número efectivo e partidos eleitorais proposto por Markku Laakso e Rein Taagepera (1979), definido da seguinte forma:

$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$$

Onde n é o número de partidos com pelo menos um voto e P_i^2 é a proporção de votos de cada partido face ao total de votos.

1.5 Natureza do sistema eleitoral: Desproporcionalidade

Para efeitos de operacionalização da desproporcionalidade utilizar-se-á o índice proposto por Gallagher, denominado Least square index (1991), definido da seguinte forma:

$$\text{LSq} = \sqrt{\frac{1}{2} \sum_{i=1}^n (V_i - S_i)^2}$$

Este Índice calculará a diferença entre o percentual de votos recebidos e o percentual de assentos parlamentares de cada partido numa legislatura. O índice varia de 0 a 100 e quanto menor for o valor menor será o índice de desproporcionalidade e vice-versa.

1.6 Clivagens sociais: Fracionalização

A fracionalização será o indicador que medirá se existem clivagens sociais estruturais nas sociedades europeias. Os índices construídos por Alesina, Alesina, Arnaud Devleeschauwer, William Easterly, Sergio Kurlat e Romain Wacziarg: fracionalização étnica, fracionalização linguística e fracionalização religiosa. Os dados encontra-se na base de dados “The Qoc standard dataset”, onde analisaram mais de 190 países entre 1946 a 2013.

Em termos de operacionalização, os autores partiram da fórmula da variável tradicional – fracionalização etnolinguística, também referida frequentemente por ELF – e aplicaram diferentes dados a fim de criarem 2 indicadores:

$$\text{FRACT}_j = 1 - \sum_{i=1}^N s_{ij}^2$$

1.6.1 Fracionalização Étnica

Este índice envolve “[...] a combination of racial and linguistic characteristics.” (Alesina et al, 2003). A classificação dos autores reflecte os julgamentos de “etnologistas” e antropólogos sobre a definição apropriada de etnicidade.

1.6.2 Fracionalização Religiosa

Por sua vez este índice reflecte a probabilidade de que duas pessoas seleccionadas aleatoriamente a partir de um determinado país não pertencem ao mesmo grupo religioso. Quanto maior o número, mais “fraccionada” ou melhor, segmentada está a socialidade do ponto de vista religioso.

1.6.3 Índice de Gini

O índice de Gini varia entre 0 e 100, representando uma percentagem de desigualdade. Corresponde à multiplicação por 100 do Coeficiente de Gini, que varia entre 0 e 1, o qual corresponde à proporção da área da Curva de Lorenz observada numa determinada distribuição em relação ao máximo de área possível de dispersão, seguindo a fórmula de Brown:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{k=n-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

- G = coeficiente de Gini
- X = proporção acumulada da variável "população"
- Y = proporção acumulada da variável "rendimento"

1.7 Performance Económica: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O IDH resulta na média geométrica de três índices de dimensão: 1) dimensão da vida longa e saudável; 2) dimensão do conhecimento; 3) dimensão de um padrão de vida digno. Por sua vez estas três dimensões concretizam-se em quatro indicadores. O indicador da esperança de vida à nascença remete para a primeira dimensão. Enquanto os indicadores média de anos de escolaridade e média de anos de escolaridade esperados remetem para a segunda dimensão. E por fim, o indicador Rendimento Nacional Bruto *per capita* (RNBpc) remete para a terceira dimensão, a que se propõe ilustrar um padrão de vida digno. O seu valor final agregado resulta da seguinte fórmula:

$$IDH = \sqrt[3]{(I_{Vida} \times I_{Educação} \times I_{Rendimento})}$$

1.8 Performance Económica: Taxa de Crescimento real do PIB

O cálculo da taxa de crescimento anual do PIB em volume destina-se a permitir comparações das dinâmicas do desenvolvimento económico, quer ao longo do tempo quer entre economias de diferentes dimensões. Para medir a taxa de crescimento do PIB em termos de volume, o PIB a preços correntes é calculado a preços do ano anterior e as variações de volume assim calculadas aplicam-se ao nível de um determinado ano de referência; a isto se chama uma série encadeada (meta informação segundo o Eurostat). O seu valor final é expresso na seguinte fórmula:

$$\frac{Current\ year's\ GDP - Last\ year's\ GDP}{Last\ year's\ GDP} \times 100$$

Anexo B - Fontes dos dados secundários

Quadro B.1 – Fontes e tipos de dados secundários utilizados na análise

Fonte	Indicadores necessários	Países e Lapso temporal	Responsáveis/ organizadores	Instituto responsável	Link da Fonte
Base de dados de Sevante Ersson	1. Índice de Net volatility de Pedersen 2. Volatilidade Tipo A 3. : Volatilidade Tipo B	1960-2012 Países da CEE	Sevante Ersson	Department of Political Science, Umeå University, Suécia	Só será publicado no decorrer deste ano, mas o autor fornece a base de dados através de contacto por email (svante.ersson@pol.umu.se)
Base de dados de Michael Gallagher	1. Número efectivo de Partidos Eleitorais de Laakso e Taagepera	1050 eleições em cerca de 90 países (inclui as 28 democracias europeias no lapso de tempo analisado)	Michael Gallagher	Department of Political Science, Trinity College Dublin	www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher
Base de dados de Michael Gallagher	1. Índice de Desproporcionalidad e do Sistema Eleitoral de Gallagher	1050 eleições em cerca de 90 países (inclui as 28 democracias europeias no lapso de tempo analisado)	Michael Gallagher	Department of Political Science, Trinity College Dublin	www.tcd.ie/Political_Science/staff/michael_gallagher
Base de dados IDEA voter turnout	1.Taxa de variação da Participação eleitoral nas eleições legislativas	Desde 1945 e inclui todos os países europeus	Investigadores IDEA	Instituto Internacional de assistências eleitoral e para a democracia Suécia	http://www.idea.int/vt
Formulação Própria	1.Nº de anos entre as eleições legislativas	28 países entre 1945-2012	_____	_____	_____

EUROSTAT	1. Taxa do crescimento real do PIB 2: Taxa de Desemprego	28 membros (desde 1945-2012 para a maioria dos países)	Equipa de investigadores do EUROSTAT	Responsabilidade da Comissão Europeia	2. PIB per capita: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/national_accounts/introduction 3. Desemprego: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/product_details/dataset?p_product_code=TEIL_M022
Bases de Dados do PNUD	1. Índice de desenvolvimento Humano	1980, 1985, 1990, 2000,2005, E anualmente entre 2005 e 2012	1. Investigadores do PNUD	1.Programadas Nações Unidas Para o Desenvolvimento	http://hdr.undp.org/en/statistics/
Bases de dados do Eurostat e Banco Mundial	1. Índice de Gini	1. 1995 até 2012 2. Dados anteriores a 1995 (para a maioria dos países)	Banco Mundial, Grupo de investigação sobre desenvolvimento	.Banco Mundial	http://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI/countries?order=wbapi_data_value_1990%20wbapi_data_value&sort=asc&display=default
Base de dados “The Qog standard dataset”	1. Índices de fracionalização	193 países entre 1946 a 2012 (inclui as 28 democracias europeias no lapso de tempo analisado)	Stefan Dahlberg e outros	University of Gothenburg Suécia	http://www.qog.pol.gu.se/data/dataset/downloads/qogstandarddata/
Formulação própria	1. Número de anos de período democrático estável – a contabilizar a partir da 2ª eleição livre, justa e universal	28 países entre 1945-2012	_____	_____	_____

Anexo C – Conceitos, dimensões e indicadores de análise

Quadro C.1 – Conceitos, dimensões e indicadores de análise

Hip.	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Ferramentas de recolha de dados
H1	Volatilidade eleitoral (VD) Nota: Esta variável dependente está relacionada com todas as variáveis independentes	Eleitoral	Indicador geral: Índice de Net volatility de Pedersen Indicador Específico: Volatilidade Tipo A Indicador Específico: Volatilidade Tipo B	Dados secundários obtidos através da base de dados de Sevante Ersson
	Fragmentação partidária (Variável Independente-VI)	Partidária	Número efectivo de Partidos Eleitorais de Laakso e Taagepera	Dados secundários obtidos através da base de dados de Michael Gallagher
H2	Natureza do Sistema Eleitoral (VI)	Eleitoral	Grau de Desproporcionalidade do Sistema de Gallagher	Dados secundários obtidos através da base de dados de Michael Gallagher
H3	Duração do período entre eleições (VI)	Eleitoral	Nº de anos entre as eleições legislativas	Cálculo e formulação do próprio
H4	Taxa de variação da Participação eleitoral – “Turnout” (VI)	Eleitoral	Taxa de variação da Participação eleitoral nas eleições legislativas	Dados secundários obtidos através Base de dados IDEA voter turnout
H5	Longevidade da democracia	Política	Número de anos de período democrático estável – a contabilizar a partir da 2º eleição livre, justa e universal, inclusive	Cálculo e formulação do próprio
H6	Performance económica (VI)	Económica	Indicador geral: Taxa do crescimento real do PIB Indicadores adicionais: Taxa de Desemprego	Dados secundários que se encontram registados no EUROSTATA -EU Labour Force Survey
H7	Clivagens Sociais estruturadas	Social	Indicador geral: Índices de fracionalização Indicadores adicionais: Índice de Gini	Dados secundários obtidos através “The Qoc standard dataset” e Banco Mundial
H8	Desenvolvimento Humano	Económica e Social	Índice de desenvolvimento Humano	Dados secundários que se encontram registados no PNUD

Anexo D – Casos em análise

Anexo D – Casos em análise

Quadro D.1 – Casos em análise, país/eleição

País	Eleição
Austria	1949
Austria	1953
Austria	1956
Austria	1959
Austria	1962
Austria	1966
Austria	1970
Austria	1971
Austria	1975
Austria	1979
Austria	1983
Austria	1986
Austria	1990
Austria	1994
Austria	1995
Austria	1999
Austria	2002
Austria	2006
Austria	2008
Bélgica	1949
Bélgica	1950
Bélgica	1954
Bélgica	1958
Bélgica	1961
Bélgica	1965
Bélgica	1968
Bélgica	1971
Bélgica	1974
Bélgica	1977

Bélgica	1978
Bélgica	1981
Bélgica	1985
Bélgica	1987
Bélgica	1991
Bélgica	1995
Bélgica	1999
Bélgica	2003
Bélgica	2007
Bélgica	2010
Bulgária	1991
Bulgária	1994
Bulgária	1997
Bulgária	2001
Bulgária	2005
Bulgária	2009
Croácia	1995
Croácia	2000
Croácia	2003
Croácia	2007
Croácia	2011
Chipre	1970
Chipre	1976
Chipre	1981
Chipre	1986
Chipre	1991
Chipre	1996
Chipre	2001
Chipre	2006

Chipre	2011
República Checa	1992
República Checa	1996
República Checa	1998
República Checa	2002
República Checa	2006
República Checa	2010
Dinamarca	1947
Dinamarca	1950
Dinamarca	1953
Dinamarca	1954
Dinamarca	1957
Dinamarca	1960
Dinamarca	1964
Dinamarca	1966
Dinamarca	1968
Dinamarca	1971
Dinamarca	1973
Dinamarca	1975
Dinamarca	1977
Dinamarca	1979
Dinamarca	1981
Dinamarca	1984
Dinamarca	1987
Dinamarca	1988
Dinamarca	1990
Dinamarca	1994
Dinamarca	1998

Dinamarca	2001
Dinamarca	2005
Dinamarca	2007
Dinamarca	2011
Estónia	1995
Estónia	1999
Estónia	2003
Estónia	2007
Estónia	2011
Finlândia	1948
Finlândia	1951
Finlândia	1954
Finlândia	1958
Finlândia	1962
Finlândia	1966
Finlândia	1970
Finlândia	1972
Finlândia	1975
Finlândia	1979
Finlândia	1983
Finlândia	1987
Finlândia	1991
Finlândia	1995
Finlândia	1999
Finlândia	2003
Finlândia	2007
Finlândia	2011
França	1946

França	1947
França	1951
França	1956
França	1958
França	1962
França	1967
França	1968
França	1973
França	1978
França	1981
França	1986
França	1988
França	1993
França	1997
França	2002
França	2007
França	2012
Alemanha	1953
Alemanha	1957
Alemanha	1961
Alemanha	1965
Alemanha	1969
Alemanha	1972
Alemanha	1976
Alemanha	1980
Alemanha	1983
Alemanha	1987
Alemanha	1990
Alemanha	1994
Alemanha	1998
Alemanha	2002
Alemanha	2005

Alemanha	2009
Grécia	1977
Grécia	1981
Grécia	1985
Grécia	1989
Grécia	1989
Grécia	1990
Grécia	1993
Grécia	1996
Grécia	2000
Grécia	2004
Grécia	2007
Grécia	2009
Grécia	2011
Grécia	2012
Hungria	1994
Hungria	1998
Hungria	2002
Hungria	2006
Hungria	2010
Irlanda	1948
Irlanda	1951
Irlanda	1954
Irlanda	1957
Irlanda	1961
Irlanda	1965
Irlanda	1969
Irlanda	1973
Irlanda	1977
Irlanda	1981
Irlanda	1982

Irlanda	1983
Irlanda	1987
Irlanda	1989
Irlanda	1992
Irlanda	1997
Irlanda	2002
Irlanda	2007
Irlanda	2011
Itália	1948
Itália	1953
Itália	1958
Itália	1963
Itália	1968
Itália	1972
Itália	1976
Itália	1979
Itália	1983
Itália	1987
Itália	1992
Itália	1994
Itália	1996
Itália	2001
Itália	2006
Itália	2008
Letónia	1995
Letónia	1998
Letónia	2002
Letónia	2006
Letónia	2010
Letónia	2011
Lituânia	1996

Lituânia	2000
Lituânia	2004
Lituânia	2008
Luxemburgo	1950
Luxemburgo	1954
Luxemburgo	1959
Luxemburgo	1964
Luxemburgo	1968
Luxemburgo	1974
Luxemburgo	1979
Luxemburgo	1984
Luxemburgo	1989
Luxemburgo	1994
Luxemburgo	1999
Luxemburgo	2004
Luxemburgo	2009
Malta	1947
Malta	1950
Malta	1951
Malta	1953
Malta	1955
Malta	1962
Malta	1966
Malta	1971
Malta	1976
Malta	1981
Malta	1987
Malta	1992
Malta	1996
Malta	1998
Malta	2003

Malta	2008
Holanda	1948
Holanda	1952
Holanda	1956
Holanda	1959
Holanda	1963
Holanda	1967
Holanda	1971
Holanda	1972
Holanda	1977
Holanda	1981
Holanda	1982
Holanda	1986
Holanda	1989
Holanda	1994
Holanda	1998
Holanda	2002
Holanda	2003
Holanda	2006
Holanda	2010
Polónia	1993
Polónia	1997
Polónia	2001
Polónia	2005
Polónia	2007
Polónia	2011
Portugal	1976
Portugal	1979
Portugal	1980
Portugal	1983
Portugal	1985

Portugal	1987
Portugal	1991
Portugal	1995
Portugal	1999
Portugal	2002
Portugal	2005
Portugal	2009
Portugal	2011
Roménia	1992
Roménia	1996
Roménia	2000
Roménia	2004
Roménia	2008
Eslováquia	1992
Eslováquia	1994
Eslováquia	1998
Eslováquia	2002
Eslováquia	2006
Eslováquia	2010
Eslováquia	2012
Eslovénia	1992
Eslovénia	1996
Eslovénia	2000
Eslovénia	2004
Eslovénia	2008
Eslovénia	2011
Espanha	1979
Espanha	1982
Espanha	1986
Espanha	1989
Espanha	1993

Espanha	1996
Espanha	2000
Espanha	2004
Espanha	2008
Espanha	2011
Suécia	1948
Suécia	1952
Suécia	1956
Suécia	1958
Suécia	1960
Suécia	1964
Suécia	1968
Suécia	1970
Suécia	1973
Suécia	1976
Suécia	1979
Suécia	1982
Suécia	1985
Suécia	1988
Suécia	1991
Suécia	1994
Suécia	1998
Suécia	2002
Suécia	2006
Suécia	2010
Reino Unido	1950
Reino Unido	1951
Reino Unido	1955
Reino Unido	1959
Reino Unido	1964
Reino Unido	1966

Reino Unido	1970
Reino Unido	1974
Reino Unido	1975
Reino Unido	1979
Reino Unido	1983
Reino Unido	1987
Reino Unido	1992
Reino Unido	1997
Reino Unido	2001
Reino Unido	2005
Reino Unido	2010

Anexo E - Sumário das variáveis

Quadro E.1 – Sumário das variáveis dependentes e independentes

Descriptive Statistics					
	N	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation
Volatilidade eleitoral líquida total	343	,21	55,14	13,9471	10,21098
Volatilidade Tipo A	343	,00	36,29	3,6221	5,23190
Volatilidade Tipo B	343	,00	37,08	8,9050	6,32432
least squares index - Grau de desproporcionalidade	336	,34	25,25	4,9020	4,18367
Número efectivo de partidos eleitorais (NEPE)	336	2,00	10,28	4,4205	1,65591
Número de anos entre eleições	314	1	7	3,55	1,116
Taxa de variação na participação eleitoral	317	-36,53	28,08	-,8711	6,77331
Longevidade da democracia	343	0	66	24,48	18,337
taxa de crescimento real do PIB (ano anterior)	209	-9,20	22,90	2,8386	3,34312
taxa desemprego (%)	150	1,70	20,70	8,8333	4,29685
Índice Desenvolvimento Humano	211	,643	,904	,78508	,059679
Índice GINI	131	19,49	38,90	29,3263	4,29305
Fracionalização étnica	318	,04	,59	,2017	,16778
Fracionalização religiosa	318	,09	,72	,3459	,19693

Anexo F – Pressupostos das Regressões Lineares Múltiplas

Quadro F.1 – Independência das variáveis explicativas (inexistência de multicolinearidade)

Coefficients ^a		
Model	Collinearity Statistics	
	Tolerance	VIF
1	least squares index - Grau de desproporcionalidade	,761 1,315
	Número efectivo de partidos eleitorais (NEPE)	,748 1,338
	Número de anos entre eleições	,860 1,163
	Taxa de variação na participação eleitoral	,903 1,108
	Longevidade da democracia	,426 2,345
	taxa de crescimento real do PIB (ano anterior)	,793 1,261
	taxa desemprego (%)	,726 1,377
	Índice Desenvolvimento Humano	,532 1,879
	Índice GINI	,716 1,396
	Fracionalização étnica	,575 1,740
	Fracionalização religiosa	,790 1,266

a. Dependent Variable: Volatilidade Tipo A

Valores de VIF superiores a 5 indicam problemas de multicolinearidade, outros autores sugerem valores de VIF superiores a 10 (Gujarati e Porter, 2008). Tendo como critério de existência de multicolinearidade quando VIF superior a 5 e a tolerância regista valores inferiores a 0,2 (Tol <0,2), observa-se que não existem casos críticos de multicolinearidade.

Quadro F.2 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Eleitoral Total)

Residuals Statistics ^a					
	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	1,1219	38,7667	18,1864	7,91246	111
Residual	-19,09761	27,71542	,00000	8,66860	111
Std. Predicted Value	-2,157	2,601	,000	1,000	111
Std. Residual	-2,090	3,033	,000	,949	111

a. Dependent Variable: Volatilidade eleitoral líquida total

Quadro F.2.1 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Tipo A)

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	-1,6285	13,1212	4,6334	3,54860	111
Residual	-8,07509	21,70171	,00000	5,55428	111
Std. Predicted Value	-1,765	2,392	,000	1,000	111
Std. Residual	-1,379	3,707	,000	,949	111

a. Dependent Variable: Volatilidade Tipo A

Quadro F.2.2 - Variáveis aleatórias residuais com valor esperado múltiplo (Volatilidade Tipo B)

	Minimum	Maximum	Mean	Std. Deviation	N
Predicted Value	1,6065	25,6647	11,6467	4,14017	111
Residual	-15,59355	17,37450	,00000	5,43200	111
Std. Predicted Value	-2,425	3,386	,000	1,000	111
Std. Residual	-2,723	3,034	,000	,949	111

a. Dependent Variable: Volatilidade Tipo B

O pressuposto verifica-se, a média de resíduos é aproximadamente o (valor assinalado) como refere a hipótese da Regressão Linear Múltipla.

Quadro F.3 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais

Regressão nº 1 – Volatilidade Eleitoral Total

Ho= A amostra segue uma distribuição normal

Ha= A amostra não segue uma distribuição normal

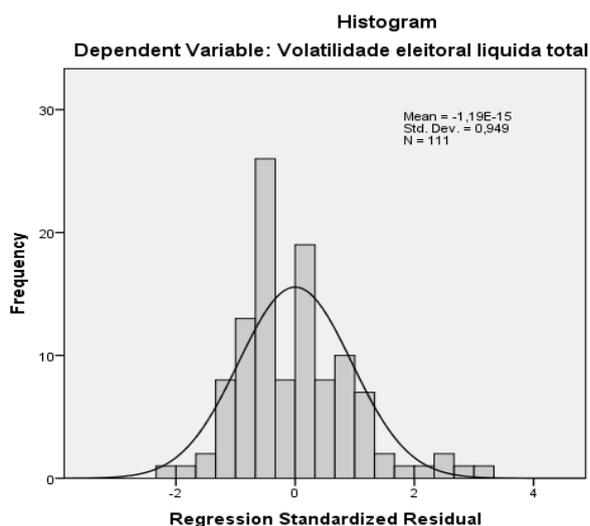
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Volatilidade eleitoral líquida total	,140	343	,000	,869	343	,000

a. Lilliefors Significance Correction

O quadro apresenta o resultado do teste K-S. Como pode verificar-se neste caso rejeita-se a hipótese da normalidade ($K-S(343)=0,40$, $p=0,000$).

Perante esta tomada de decisão é necessário analisar a distribuição dos resíduos através do histograma.

Gráfico F.1- Histograma (Pressuposto da Normalidade)



Como se observa, a distribuição dos resíduos adere bastante bem à distribuição normal.

Quadro F.3.1 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais (Volatilidade Tipo A)

Regressão nº 2- Volatilidade Tipo A

$H_0 =$ A amostra segue uma distribuição normal

$H_a =$ A amostra não segue uma distribuição normal

Tests of Normality

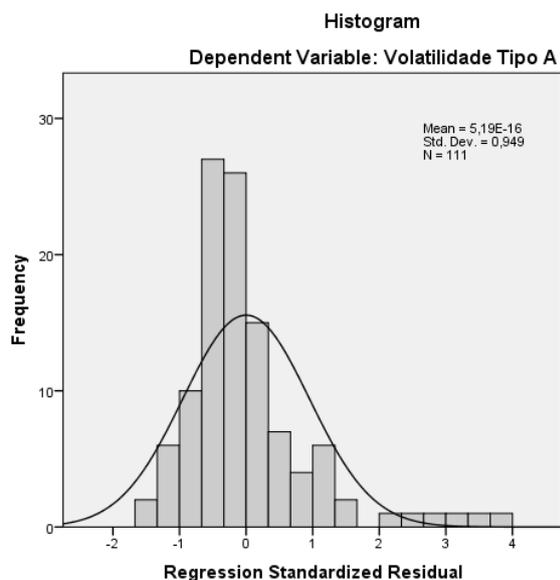
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Volatilidade Tipo A	,244	343	,000	,684	343	,000

a. Lilliefors Significance Correction

O quadro apresenta o resultado do teste K-S. Como pode verificar-se neste caso rejeita-se a hipótese da normalidade ($K-S(343)=0,244$, $p=0,000$).

Perante esta tomada de decisão é necessário analisar a distribuição dos resíduos através do histograma.

Gráfico F.2- Histograma (Pressuposto da Normalidade)



Como se observa, a distribuição dos resíduos adere bastante bem à distribuição normal.

Quadro F.3.2 - Normalidade das variáveis aleatórias residuais (Volatilidade Tipo B)

Regressão nº 3- Volatilidade Tipo B

Ho= A amostra segue uma distribuição normal

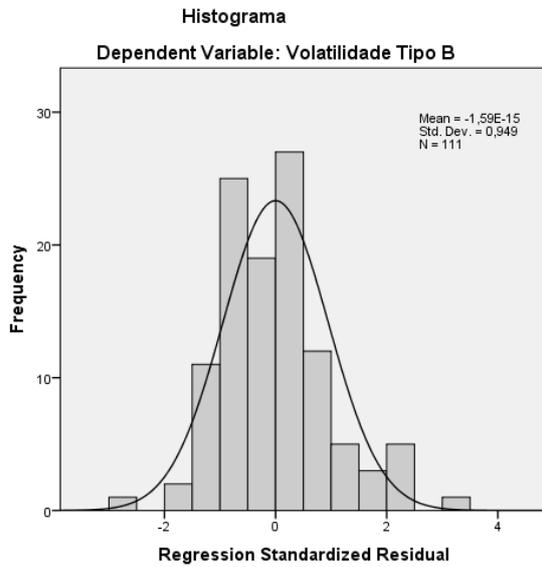
Ha= A amostra não segue uma distribuição normal

Tests of Normality						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Volatilidade Tipo B	,119	343	,000	,915	343	,000

a. Lilliefors Significance Correction

O quadro apresenta o resultado do teste K-S. Como pode verificar-se também neste caso se rejeita a hipótese da normalidade (K-S(343)=0,119, p=0,000). Perante esta tomada de decisão é necessário analisar a distribuição dos resíduos através do histograma.

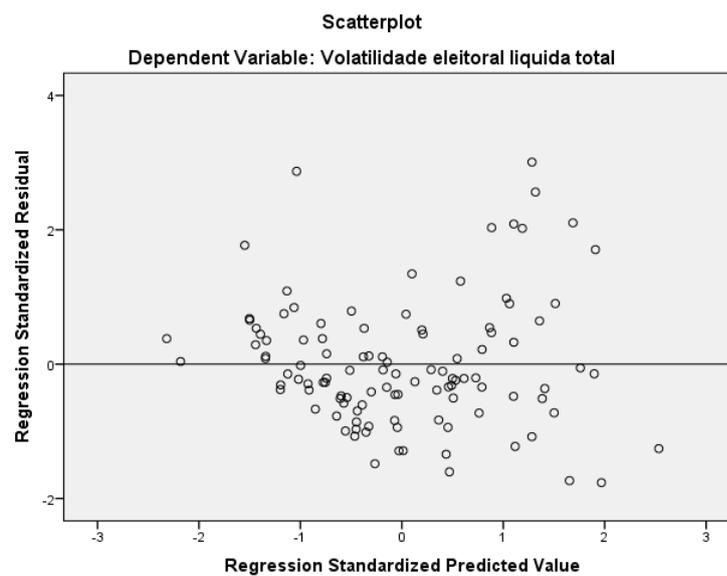
Gráfico F.3- Histograma (Pressuposto da Normalidade)



Como se observa, a distribuição dos resíduos adere bastante bem à distribuição normal.

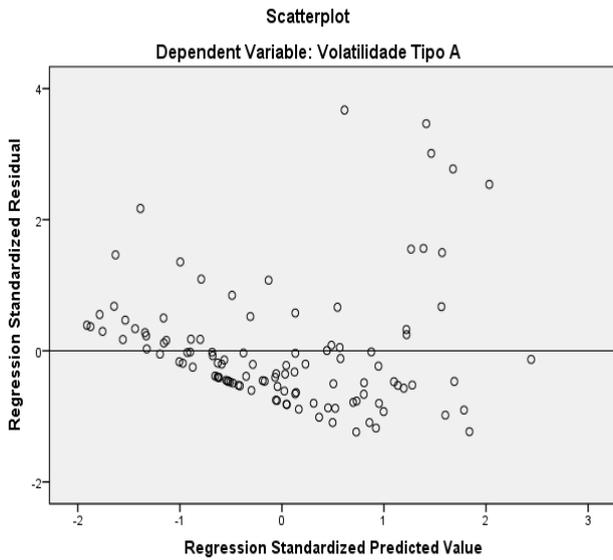
Gráfico F.4 – Diagrama de Resíduos (Volatilidade Eleitoral Total)

A análise do diagrama dos resíduos permite analisar de uma só vez os pressupostos da normalidade, linearidade e homocedasticidade. O pressuposto da normalidade já foi testado, pelo que a análise não incidirá sobre este pressuposto.



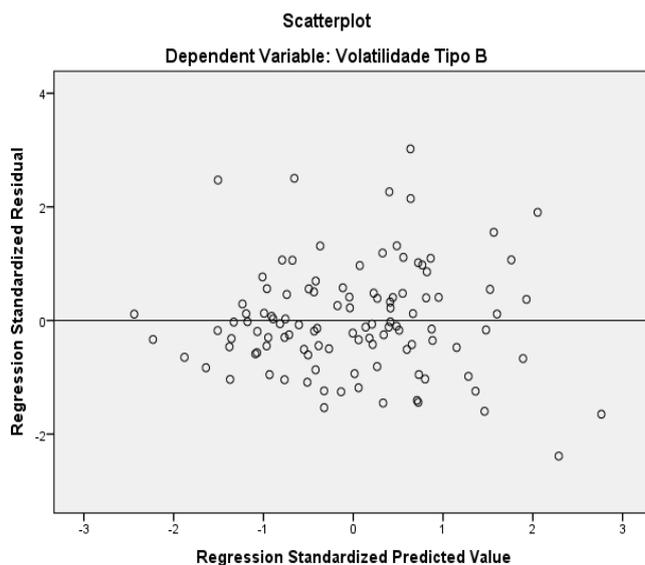
Observa-se uma distribuição linear dos resíduos, uma vez que estes apresentam uma forma rectangular e não curva. Também se observa a homogeneidade dos resíduos, uma vez que a distribuição dos mesmos é aleatória em torno de 0.

Gráfico F.5.- Diagrama de Resíduos (Volatilidade tipo A)



A análise do diagrama constata a existência de distribuições lineares dos resíduos, uma vez que estes apresentam uma forma rectangular e não curva (apesar de não ser perfeita). E observa-se a homogeneidade dos resíduos, uma vez que a distribuição dos mesmos é aleatória em torno de 0 em ambos os casos.

Gráfico 6 – Diagrama de Resíduos (Volatilidade tipo B)



A análise do diagrama constata a existência de distribuições lineares dos resíduos, uma vez que estes apresentam uma forma rectangular e não curva. E observa-se a homogeneidade dos resíduos, uma vez que a distribuição dos mesmos é aleatória em torno de 0 em ambos os casos.